



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e senhores acionistas,
A Administração da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Santa Maria" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras dos exercícios de 2020 e 2019, as quais estão de acordo com as práticas contábeis internacionais adotadas no Brasil. Acompanha este documento o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e suas alterações. É prioritariamente destinado aos acionistas da Companhia, estando, porém, à disposição para acesso público no website da Santa Maria (www.elfsm.com.br), sendo ainda publicado em mídia na cidade e no estado de sua sede (Colatina e Espírito Santo), de acordo com a legislação brasileira. Essas Demonstrações Financeiras foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 12 de março de 2021.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Mesmo com todos os desafios vividos no último ano, lamentando, profundamente, as milhares de vidas perdidas em decorrência da pandemia do novo coronavírus, temos orgulho em afirmar que a Santa Maria desempenhou seu papel como concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Visando a proteção à saúde dos nossos colaboradores e a manutenção do fornecimento de energia elétrica aos nossos clientes, criamos um Comitê Gestor de Crise, que acompanhou e determinou ações administrativas de prevenção e proteção à covid-19, dentre as quais destacamos a medição de temperatura, disponibilização de álcool em gel e máscaras, cumprimento de agenda domiciliar e desinfecção periódica das instalações da Companhia.

Ciente de sua responsabilidade e da importância do seu papel social nas comunidades onde está inserida, para intensificar o combate à pandemia e reforçar o atendimento à população, a Santa Maria realizou uma reforma no Hospital Sílvio Avidos, em Colatina, referência para os casos da doença, doando materiais e mão de obra para a criação de 10 novos leitos de UTI. Adicionalmente, dentre outras ações, a Companhia promoveu a doação de aproximadamente 10.000 máscaras e 60.000 luvas às secretarias municipais de saúde dos municípios de sua área de concessão.

O contexto da pandemia alterou significativamente as dinâmicas econômicas e sociais, impactando diretamente na redução no padrão de consumo. Esse fato, associado, ainda, a fatores climáticos, contribuiu para uma retração de mercado da ordem de 11,1% em relação a 2019, que havia registrado crescimento de 12,7% em relação a 2018.

Contudo, demonstrando, mais uma vez, a sua capacidade de superar adversidades e entregar resultados efetivos, a Santa Maria registrou EBITDA ajustado de R\$ 32,4 milhões (R\$ 52,2 milhões em 2019), e lucro líquido de R\$ 21,1 milhões (R\$ 35,2 milhões em 2019).

Investimos R\$ 10,8 milhões (R\$ 9,1 milhões em 2019) no sistema de distribuição, e mantivemos a qualidade do serviço prestado dentro dos padrões de excelência nacional, com os indicadores DEC (7,48) e FEC (3,83) abaixo dos parâmetros regulatórios (11,86 e 8,64, respectivamente), assim como as perdas totais (10,01%), que também ficaram abaixo dos limites estabelecidos pela ANEEL (12,02%).

Atuamos com protagonismo no processo de reajuste tarifário anual ocorrido em setembro de 2020. Devido ao efeito elevado a ser percebido pelos consumidores e às implicações provocadas pela pandemia na economia, a Santa Maria buscou reduzir o impacto do processo nas tarifas, não apenas aderindo à Conta Covid, como também incluindo novo contrato bilateral para fornecimento de energia elétrica a um custo menor, e diferindo componente financeiro equivalente a 100% da previsão de risco hidrológico. Tais medidas foram responsáveis por aliviar o reajuste em -13,47% no total. Ainda assim, nossas tarifas foram reajustadas, em média, em 16,89%, refletindo a elevação dos custos previstos da Parcela A, que representaram 14,45% nesse último processo tarifário.

Continuamos beneficiando nossos consumidores com a devolução individual e personalíssima dos créditos de PIS e COFINS, a partir do trânsito em julgado da ação que determinou a exclusão do ICMS das respectivas bases de cálculo daquelas contribuições, bem como a recuperação dos valores pagos a mais, retroativos a julho de 2011. Com total transparência, um de nossos valores fundamentais, por meio de crédito lançado diretamente nas contas de energia elétrica, já disponibilizamos aos nossos clientes, no período de julho/2019 a dezembro/2020, mais de R\$ 17,5 milhões. A estimativa é de devolvermos, ao todo, aproximadamente R\$ 50 milhões.

Também geramos oportunidades de emprego ao contratarmos todos os alunos formados pela 1ª turma da Escola de Eletricista de Redes de Distribuição, projeto desenvolvido pela Santa Maria em parceria com o SENAI, e investimos em tecnologia com o lançamento de uma nova modalidade de atendimento via WhatsApp, denominada "Mari" e inspirada no nome da Companhia.

Iniciamos 2021 com a esperança de que seja um ano repleto de boas notícias, quando a Santa Maria completará 75 anos de história e atuação em plena sinergia com a Região Noroeste do Estado do Espírito Santo.

Aos empregados, clientes, acionistas, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros da Santa Maria, às organizações governamentais e não governamentais do nosso relacionamento empresarial, e a todos os demais com quem compartilhamos esforços e vitórias, nossos agradecimentos.

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

2. PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS CONQUISTADOS EM 2020

• Prêmio ANEEL de Ouvidoria

Com o objetivo de incentivar a melhoria contínua do serviço de ouvidoria das distribuidoras de energia elétrica, o Prêmio ANEEL de Ouvidoria reconhece as empresas que melhor atendam às manifestações de seus consumidores.

Em 2020, com muito orgulho, pelo 3º ano consecutivo, desde a criação do prêmio, a Santa Maria sagrou-se vencedora na sua categoria de Distribuidoras de Médio Porte.

• Prêmio ABRACONEE

O Prêmio ABRACONEE, promovido pela Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, tem o objetivo de avaliar o nível de transparência contábil das empresas ligadas ao setor elétrico brasileiro, que operam na geração, transmissão, distribuição, comercialização e participação de energia elétrica.

Em 2020, a Santa Maria conquistou o 3º lugar na sua categoria de Companhia de Médio Porte.

• Pesquisa ABRADEE

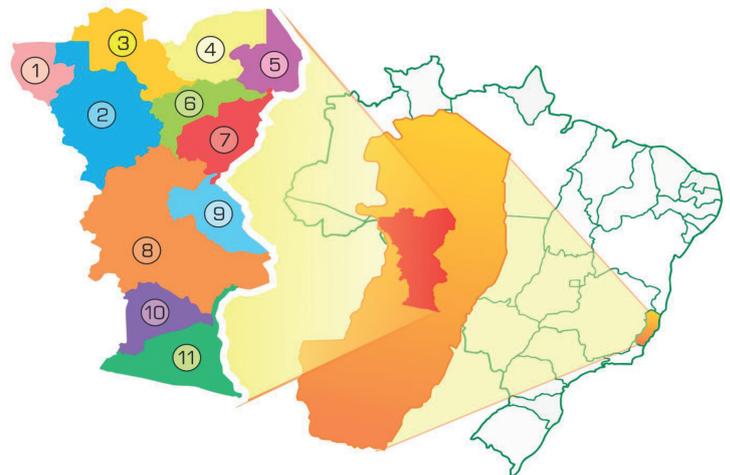
Sempre atenta à opinião de seus consumidores, a Santa Maria participa anualmente da pesquisa conduzida pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, que mede, dentre outros indicadores, o Índice de Satisfação Geral ("ISG") e o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida ("ISQP"). Em 2020, em meio a todo esse contexto de pandemia, tivemos o reconhecimento dos nossos esforços pelos consumidores. O ISG da Santa Maria foi de 84,3%, melhora de 1,5 p.p. em relação a 2019 (82,8%), e o ISQP foi de 86,2%, melhora de 3,7 p.p. em relação a 2019 (82,5%).

• Ranking de continuidade do fornecimento de energia elétrica

Em 2020, na divulgação do resultado do indicador de Desempenho Global de Continuidade - DGC pela ANEEL, conhecido como ranking de continuidade, a Santa Maria conquistou a 7ª posição em sua categoria, até 400 mil consumidores. O DGC leva em conta a duração e a frequência das interrupções em relação ao limite estabelecido pela ANEEL.

3. A COMPANHIA

A Santa Maria é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Colatina/ES, que atua no segmento de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045. Geograficamente, a Companhia está localizada na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo, e atende a 11 municípios numa área de concessão de 4.994 km², conforme demonstrado no mapa a seguir:



1. Alto Rio Novo; 2. Pancas; 3. Águia Branca; 4. São Gabriel da Palha; 5. Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca); 6. São Domingos do Norte; 7. Governador Lindemberg; 8. Colatina (exceto o distrito de Itapina); 9. Marilândia; 10. São Roque do Canaã; 11. Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria).

Em 2020 foram conectados 2.195 novos clientes ao sistema de distribuição da Santa Maria (acréscimo de 1,92% em relação a 2019), totalizando 116.483 consumidores cativos atendidos. Apresentamos, a seguir, por município, a evolução do número de consumidores atendidos pela Companhia:

»»» Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

Nº	Nome do município	2020	2019	2018	2017	2016
1	Alto Rio Novo	3.520	3.435	3.387	3.323	3.251
2	Pancas	8.690	8.561	8.350	8.234	8.082
3	Águia Branca	4.984	4.831	4.707	4.599	4.487
4	São Gabriel da Palha	15.503	15.228	14.882	14.614	14.369
5	Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca)	3.941	3.850	3.695	3.645	3.608
6	São Domingos do Norte	4.847	4.789	4.645	4.561	4.384
7	Governador Lindemberg	5.438	5.355	5.233	5.146	5.093
8	Colatina (exceto o distrito de Itapina)	55.813	54.787	53.661	52.951	52.078
9	Marilândia	6.506	6.351	6.218	6.068	5.901
10	São Roque do Canaã	5.137	5.021	4.961	4.915	4.858
11	Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria)	2.104	2.080	2.044	2.012	1.999
Total		116.483	114.288	111.783	110.068	108.110
Variação		1,92%	2,24%	1,56%	1,81%	1,96%

A evolução do número de consumidores cativos por classe de consumo é apresentada a seguir:

Classe de consumo	2020	2019	2018	2017	2016
Residencial	71.828	70.353	68.956	67.301	66.243
Rural	32.611	32.264	31.655	31.217	30.551
Comercial, serviços e outros	9.385	9.198	8.710	8.389	8.236
Industrial	1.429	1.281	1.286	1.986	1.949
Demais classes	1.230	1.192	1.176	1.175	1.131
Total	116.483	114.288	111.783	110.068	108.110

4. INVESTIMENTOS

A Santa Maria investiu ao longo do ano de 2020 recursos da ordem de R\$ 10,8 milhões (R\$ 9,1 milhões em 2019), líquidos dos recursos recebidos na forma de participação financeira de clientes pessoas físicas, jurídicas, União, Estado e Municípios (obrigações especiais). A seguir é apresentado um resumo desses investimentos por tipo de ativo:

Descrição do ativo	2020	2019	Variação (R\$ mil) 2020/2019	Variação (%) 2020/2019	2018	2017	2016
Linhas e redes de distribuição	10.645	9.810	835	8,5	10.254	4.611	9.717
Subestações	222	205	17	8,3	150	89	523
Sistema de medição	1.981	1.774	207	11,7	1.444	978	299
Veículos	865	712	153	21,5	1.880	933	738
Outros ativos	334	729	(395)	-54,2	679	118	661
Investimento bruto	14.047	13.230	817	6,2	14.407	6.729	11.938
(-) Obrigações especiais	(3.238)	(4.064)	826	-20,3	(1.376)	(935)	(1.848)
Investimento líquido	10.809	9.166	1.643	17,9	13.031	5.794	10.090

Os investimentos realizados em 2020 foram concentrados principalmente no reforço do sistema elétrico, com foco em projetos de redes de distribuição que garantem maior confiabilidade e eficiência ao fornecimento de energia elétrica.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

5.1 Destaques

Apresentamos, a seguir, os principais indicadores da Santa Maria em 31 de dezembro:

Indicadores financeiros	Unidade	2020	2019	Variação 2020/2019	2018	2017	2016
Ativo total	R\$ mil	284.197	285.836	-0,57%	220.552	203.912	214.575
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ mil	45.514	32.230	41,22%	11.953	25.095	38.920
Patrimônio líquido	R\$ mil	162.183	153.403	5,72%	129.667	119.398	125.565
Endividamento bruto	R\$ mil	3.447	16.137	-78,64%	23.056	12.159	16.144
Endividamento (caixa) líquido	R\$ mil	(42.067)	(16.093)	161,40%	11.103	(12.936)	(22.776)
Indicadores de resultados	Unidade	2020	2019	Variação 2020/2019	2018	2017	2016
Receita operacional bruta	R\$ mil	389.531	437.409	-10,95%	413.171	350.267	373.324
Receita operacional líquida	R\$ mil	262.053	288.934	-9,30%	267.079	223.576	239.643
EBITDA	R\$ mil	29.635	47.783	-37,98%	34.828	30.578	23.775
EBITDA ajustado	R\$ mil	32.390	52.249	-38,01%	38.232	33.458	26.055
Resultado financeiro	R\$ mil	4.437	4.937	-10,13%	5.531	3.011	7.572
Lucro líquido	R\$ mil	21.112	35.261	-40,13%	26.420	21.368	19.209
Indicadores relativos	Unidade	2020	2019	Variação 2020/2019	2018	2017	2016
EBITDA ajustado / Receita operacional líquida	%	12,36	18,08	-31,65%	14,31	14,96	10,87
Endividamento (caixa) líquido / EBITDA ajustado	%	-129,88	-30,80	321,67%	29,04	-38,66	-87,42

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

5.2 Receita operacional bruta e líquida

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 389,5 milhões em 2020, contra 437,4 milhões em 2019, uma redução de R\$ 47,9 milhões (10,9%). A receita operacional líquida diminuiu R\$ 26,9 milhões (9,3%) em 2020, fechando em R\$ 262,0 milhões, contra R\$ 288,9 milhões em 2019. A seguir apresentamos as receitas operacionais da Santa Maria em 31 de dezembro:

»»» Continuação

»»» Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



MAIS ENERGIA
PARA SUA VIDA

Descrição	2020	2019	Variação (R\$ mil) 2020/2019	Variação (%) 2020/2019	2018	2017	2016
Fornecimento de energia elétrica e TUSD	298.583	356.146	(57.563)	-16,2	319.606	273.610	288.900
Ativos e passivos financeiros setoriais	28.144	(17.504)	45.648	-260,8	19.522	6.924	4.527
Ganhos na alienação de bens e direitos	189	277	(88)	-31,8	530	484	212
Energia de curto prazo - CCEE	2.609	13.190	(10.581)	-80,2	7.807	14.762	5.473
Valor justo do ativo financeiro indenizável	250	170	80	47,1	147	(352)	5.524
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	42.779	67.615	(24.836)	-36,7	48.935	45.022	42.323
Receita de construção	14.047	13.230	817	6,2	14.407	6.729	24.097
Outras receitas operacionais	2.930	4.285	(1.355)	-31,6	2.217	3.088	2.268
Receita operacional bruta	389.531	437.409	(47.878)	-10,9	413.171	350.267	373.324
(-) Tributos sobre a receita	(93.253)	(112.303)	19.050	-17,0	(107.485)	(91.581)	(95.648)
(-) Encargos setoriais	(34.024)	(35.809)	1.785	-5,0	(38.361)	(34.942)	(38.033)
(-) Outras deduções	(201)	(363)	162	-44,6	(246)	(168)	-
Receita operacional líquida	262.053	288.934	(26.881)	-9,3	267.079	223.576	239.643

Dentre os fatores que foram determinantes para a redução da receita operacional líquida em 2020, se destacam: (i) queda de 16,2% (R\$ 57,6 milhões) com a receita de fornecimento de energia elétrica e a receita de uso do sistema de distribuição, decorrente da retração de mercado da ordem de 11,1% em relação a 2019; (ii) aumento de R\$ 45,6 milhões com ativos e passivos financeiros setoriais, decorrente das diferenças entre os custos efetivos incorridos no período e aqueles previstos no último reajuste tarifário; (iii) redução de 80,2% (R\$ 10,6 milhões) com energia de curto prazo - CCEE, decorrente das liquidações financeiras dos excedentes de energia elétrica ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD); e (iv) redução de 36,7% (R\$ 24,8 milhões) com subvenções vinculadas ao serviço concedido, decorrentes dos menores descontos tarifários em função da retração de mercado frente ao ano anterior.

5.3 Gastos operacionais

Os gastos não gerenciáveis (Parcela A) reduziram R\$ 8,4 milhões (4,8%) em relação a 2019, fechando em R\$ 165,6 milhões contra R\$ 174,0 milhões. Os gastos gerenciáveis (Parcela B) totalizaram R\$ 71,4 milhões em 2020, representando um aumento de 2,4% (R\$ 1,6 milhão) em relação a 2019, quando o montante registrado foi de R\$ 69,8 milhões. A composição dos gastos operacionais da Santa Maria em 31 de dezembro pode ser assim demonstrada:

Descrição	2020	2019	Variação (R\$ mil) 2020/2019	Variação (%) 2020/2019	2018	2017	2016
Gastos não gerenciáveis - Parcela A	165.693	174.099	(8.406)	-4,8	168.966	139.974	145.153
Energia elétrica comprada para revenda	131.080	145.582	(14.502)	-10,0	136.806	118.678	129.892
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	34.613	28.517	6.096	21,4	32.160	21.296	15.261
Gastos gerenciáveis - Parcela B	71.439	69.787	1.652	2,4	66.728	56.638	69.769
PMSO	49.923	49.356	567	1,1	45.474	43.415	39.165
Pessoal	25.380	22.539	2.841	12,6	22.447	21.825	18.314
Administradores	4.015	3.803	212	5,6	3.715	3.546	3.271
Materiais	3.046	3.081	(35)	-1,1	3.007	2.840	2.920
Serviços de terceiros	10.294	10.277	17	0,2	8.270	7.733	7.301
Arrendamentos e aluguéis	1.364	1.297	67	5,2	1.178	1.171	1.015
Seguros	380	476	(96)	-20,2	567	601	557
Provisões	378	2.476	(2.098)	-84,7	819	150	989
Tributos	282	383	(101)	-26,4	325	1.457	740
Gastos diversos	4.784	5.024	(240)	-4,8	5.146	4.092	4.058
Outros gastos operacionais	21.516	20.431	1.085	5,3	21.254	13.223	30.604
Amortização	7.469	7.201	268	3,7	6.847	6.494	6.507
Custo de construção	14.047	13.230	817	6,2	14.407	6.729	24.097
Total dos gastos operacionais	237.132	243.886	(6.754)	-2,8	235.694	196.612	214.922

A diminuição dos gastos não gerenciáveis realizados foi decorrente, principalmente, da redução da energia elétrica comprada para revenda (10% ou R\$ 14,5 milhões) em relação ao ano anterior. O fator determinante para essa redução foi a inclusão de um contrato bilateral para fornecimento de energia elétrica a um custo menor, firmado entre partes relacionadas após a realização de um leilão próprio da Santa Maria promovido ainda em 2019. Esse contrato, cujo início do suprimento era previsto para janeiro de 2020, foi homologado pela ANEEL somente em setembro de 2020, quando, então, passou a ser exercido pelas empresas. Dessa forma, no período de janeiro a agosto de 2020, não houve entrega dos volumes de energia elétrica contratados, nem, tampouco, pagamentos correspondentes, o que ocasionou, consequentemente, a redução do valor final da despesa com energia elétrica comprada para revenda no ano de 2020. Adicionalmente, como houve retração de mercado em 2020 frente a 2019, esse fato acabou contribuindo, também, para ajustar o nível de contratação da Companhia.

Os gastos com PMSO (pessoal, materiais, serviços e outros) permaneceram praticamente estáveis em relação ao ano de 2019, com crescimento de 1,1% (R\$ 567 mil). Os gastos gerenciáveis totais foram impactados, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) aumento de R\$ 2,8 milhões (12,6%) com pessoal em relação ao ano anterior; (ii) redução de R\$ 2,0 milhões com provisões frente a 2019; e (iii) aumento de R\$ 817 mil com custo de construção.

5.4 Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2020, a Santa Maria registrou lucro líquido de R\$ 21,1 milhões, contra R\$ 35,2 milhões registrado no ano de 2019, representando uma redução de 40,1% ou R\$ 14,1 milhões. A geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 32,4 milhões em 2020, contra R\$ 52,2 milhões apurados em 2019, uma diminuição de R\$ 19,8 milhões ou 38,0%. Esse desempenho decorreu, principalmente, em função da redução das receitas operacionais da Companhia, impactadas pela retração de mercado frente ao ano anterior, e da racionalização dos gastos operacionais gerenciáveis, especialmente o PMSO. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Descrição	2020	2019	Variação (R\$ mil) 2020/2019	Variação (%) 2020/2019	2018	2017	2016
Lucro líquido do exercício	21.112	35.261	(14.149)	-40,1	26.420	21.368	19.209
(+) Impostos	5.491	10.258	(4.767)	-46,5	7.092	5.727	5.631
(-) Resultado financeiro	(4.437)	(4.937)	500	-10,1	(5.531)	(3.011)	(7.572)
(+) Amortização	7.469	7.201	268	3,7	6.847	6.494	6.507
(=) EBITDA	29.635	47.783	(18.148)	-38,0	34.828	30.578	23.775
(+) Participações estatutárias	2.755	4.466	(1.711)	-38,3	3.404	2.880	2.280
(=) EBITDA ajustado	32.390	52.249	(19.859)	-38,0	38.232	33.458	26.055

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

Continuação



SANTA MARIA

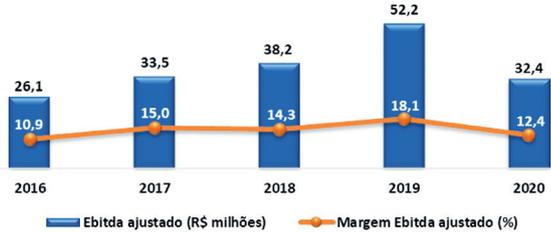
EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



75 ANOS
SANTA MARIA
MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

A evolução da margem EBITDA nos últimos 5 anos é demonstrada a seguir:



Com base nos resultados alcançados em 2020, a Administração da Santa Maria irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no valor de R\$ 5,9 milhões (R\$ 0,81 por ação ordinária e R\$ 1,93 por ação preferencial) e juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 7,1 milhões (R\$ 1,43 por ação).

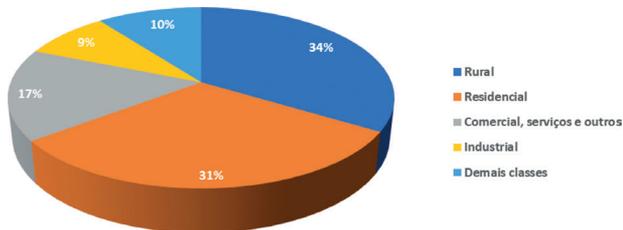
6. DESEMPENHO OPERACIONAL

6.1 Mercado de distribuição da Santa Maria

Em 2020, a venda de energia elétrica aos consumidores finais (mercado cativo) da Santa Maria totalizou 471,1 GWh, o que representou uma redução de 11,1% em relação a 2019 (529,8 GWh). O desempenho negativo em 2020 é explicado, principalmente, pela pandemia do novo coronavírus, associado, ainda, a fatores climáticos, como chuvas e temperaturas mais amenas ao longo do ano. As classes de consumo com as variações mais relevantes em relação ao ano anterior foram: (i) classe rural, com redução de consumo da ordem de 17,2%, especialmente pelo menor uso dos sistemas automatizados de irrigação em função dos maiores volumes de chuvas registrados ao longo do ano; (ii) classes comercial e poder público, com reduções de consumo de 11,2% e 23,4%, respectivamente, especialmente pelas medidas restritivas impostas em função da pandemia e a consequente redução no padrão de consumo; e (iii) classe industrial, com redução de consumo de 25,3%, especialmente em função da migração de 22 grandes consumidores do mercado cativo para o mercado livre. A Companhia encerrou 2020 com 38 consumidores livres (16 em 2019). O comportamento do mercado cativo em GWh, por classe de consumo, é apresentado como segue:

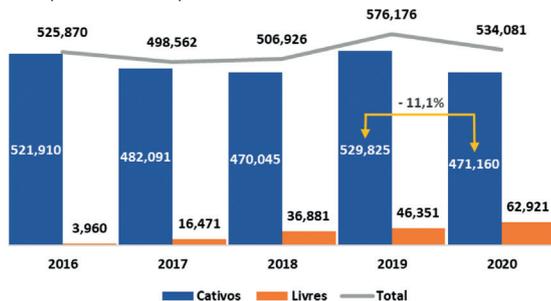
Classe de consumo	2020	2019	Variação (%) 2020/2019	2018	2017	2016
Rural	160,008	193,236	-17,2	147,396	147,408	167,380
Residencial	148,020	144,840	2,2	133,459	129,072	132,740
Comercial, serviços e outros	78,015	87,902	-11,2	81,979	78,895	83,362
Industrial	40,519	54,273	-25,3	57,777	79,219	90,319
Iluminação pública	18,586	19,761	-5,9	21,803	20,798	19,946
Poder público	12,706	16,584	-23,4	14,920	14,210	15,563
Serviço público	12,676	12,504	1,4	12,001	11,805	11,821
Consumo próprio	0,630	0,725	-13,1	0,710	0,684	0,779
Total	471,160	529,825		470,045	482,091	521,910
Variação	-11,1%	12,7%		-2,5%	-7,6%	-7,0%

A participação no mercado da Santa Maria, por classe de consumidores cativos, é demonstrada no gráfico a seguir:



Como a classe rural é a mais representativa da Santa Maria, com 34% de participação no mercado total, o desempenho do seu consumo, em particular, que está diretamente relacionado a fatores climáticos, acaba por impactar, significativamente, no resultado do consumo total, explicando, predominantemente, as variações bruscas de mercado que ocorrem de um ano para o outro.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do mercado na área de concessão da Santa Maria em GWh, cativo e livre, nos últimos 5 anos:



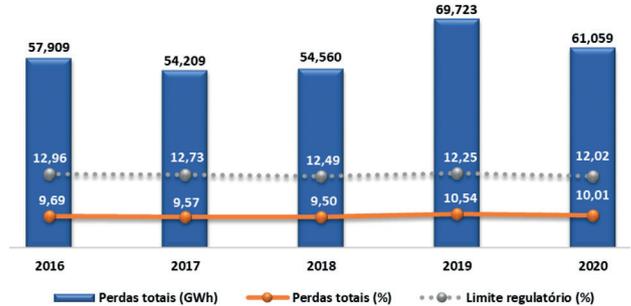
6.2 Perdas

A Santa Maria intensifica a cada ano as ações de combate ao furto e à fraude, além de trabalhar firmemente no propósito de aperfeiçoar cada vez mais a fiscalização, como forma de combater as ligações clandestinas. Em 2020, as perdas totais de energia elétrica da Companhia situaram em 61,0 GWh, ou 10,0%, contra 69,7 GWh, ou 10,5%, em 2019. O comportamento das perdas é apresentado como segue:

Perdas técnicas (%)		Perdas não técnicas (%)		Perdas totais na distribuição (%)		Limite Aneel (%)
2019	2020	2019	2020	2019	2020	
8,58	8,58	1,96	1,43	10,54	10,01	12,02

Perdas técnicas (GWh)		Perdas não técnicas (GWh)		Perdas totais na distribuição (GWh)		Variação (%) 2020/2019
2019	2020	2019	2020	2019	2020	
56,774	52,313	12,949	8,746	69,723	61,059	-12,43

O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas totais de energia elétrica da Santa Maria nos últimos 5 anos:



6.3 Taxas de arrecadação e inadimplência

6.3.1 Taxa de arrecadação

O desempenho da arrecadação é medido pela relação entre o valor total arrecadado com energia elétrica, inclusive de exercícios anteriores, e os valores faturados por fornecimento de energia elétrica com vencimento no exercício. Em 2020, impactada pela pandemia, essa taxa ficou em 98,45%, contra 102,47% em 2019. O índice acima de 100% representa a recuperação de débitos junto aos clientes da Santa Maria.

	2020	2019	2018	2017	2016
Taxa de arrecadação	98,45%	102,47%	99,67%	99,14%	102,78%

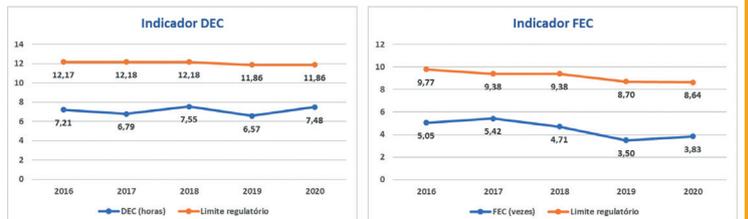
6.3.2 Taxa de inadimplência

A inadimplência é medida pela relação entre a Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa ("PPECLD") e o faturamento acumulado no ano em análise. Na Santa Maria, essa razão foi de 0,27% em 2020 e em 2019.

	2020	2019	2018	2017	2016
Taxa de inadimplência	0,27%	0,27%	0,27%	0,10%	0,39%

6.4 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

Em decorrência dos investimentos realizados pela Companhia e das ações de manutenção preventiva realizadas periodicamente nas instalações do sistema de distribuição de energia elétrica, os indicadores DEC e FEC permaneceram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL. Os gráficos a seguir demonstram a evolução desses indicadores nos últimos 5 anos:



6.5 Relacionamento com o cliente

A Santa Maria mantém um canal de relacionamento que são disponibilizados aos seus clientes permitindo maior interação, tais como: central de atendimento, web site, aplicativo para celular, WhatsApp e agências de atendimento presencial. Por meio desses canais, foram registrados 187.255 atendimentos no ano de 2020 (229.516 em 2019), sendo 109.102 por meio da central de atendimento, 5.234 via web site e aplicativo para celular, 3.376 via WhatsApp e 69.543 por meio das agências de atendimento presencial.

Além desses canais, há uma estrutura de ouvidoria, que, dentre as suas atribuições, acolhe as reclamações, sugestões, denúncias e elogios dos clientes, com a garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações, bem como realizar a intermediação com a ouvidoria da ANEEL, sempre de maneira ética, imparcial, justa, transparente, isonômica e cortês, atuando como representante dos direitos do cliente junto a Santa Maria. O serviço de ouvidoria da Santa Maria pode ser acessado por meio de telefone, e-mail, carta, fax, web site, aplicativo para celular,

Continuação

»»» Continuação



SANTA MARIA

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



75 ANOS
SANTA MARIA
MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

formulários e atendimento presencial, sempre que as manifestações relativas à prestação do serviço e aos direitos do consumidor não forem solucionadas pelos canais de atendimento de primeira instância. No ano de 2020, a ouvidoria da Santa Maria recebeu 608 contatos de clientes (340 em 2019), sendo 540 pedidos de informação, 8 elogios e 60 reclamações.

Para garantir um atendimento de qualidade, a Santa Maria conta com uma moderna central de atendimento telefônico (Call Center), com infraestrutura e parque tecnológico de última geração, além de pessoal treinado para esse tipo de atendimento. Essa central opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, e está estruturada para atendimentos comerciais e de emergência.

A Santa Maria também se faz presente fisicamente em toda a sua área de concessão, através de uma estrutura composta por 12 agências de atendimento presencial.

Pensando no bem-estar e comodidade de seus consumidores, a Santa Maria disponibiliza vários serviços que podem ser acessados por meio do portal do cliente, através de sua página na internet, onde também é possível encontrar várias notícias de cunho social e ambiental, bem como informações e dicas para um consumo consciente. Baixando o APP da Santa Maria, o cliente pode usufruir de todos esses serviços na palma da mão, sem sair de casa.

Antenada ao mundo digital, a Santa Maria iniciou em 2020 uma nova modalidade de atendimento, via WhatsApp. O novo canal foi batizado com o nome "Mari", inspirado no nome da Companhia. Para incentivar o uso do canal virtual entre os consumidores, foi criada a campanha "Chama a Mari". Dentre os serviços disponíveis pelo WhatsApp estão a emissão de 2ª via de contas, consulta de débitos, informe de pagamento e religação de energia. Para esses serviços, o atendimento é realizado 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo feriados.

6.6 Sistema de gestão da qualidade

Buscando atender à crescente demanda por qualidade e confiabilidade de seus serviços, a Santa Maria tem implantado um Sistema de Gestão da Qualidade ("SGQ"), baseado na NBR-ISO 9001/2015.

A ISO 9001 é um conjunto de requisitos que tem por objetivo orientar as empresas no sistema de gestão da qualidade de seus processos, com o intuito de satisfazer seus clientes e buscar a melhoria contínua. Com o SGQ e o mapeamento de seus processos produtivos, a Santa Maria tem padronizados todos os seus serviços, obtendo, dessa forma, maior qualidade na gestão de seu negócio. A estruturação dos processos auxilia na implementação de ações mais organizadas e assim, mais assertivas. A Santa Maria busca melhorar continuamente os seus processos, o que garante a atualidade do seu Sistema de Gestão da Qualidade.

Anualmente, acontecem auditorias externas e internas em setores alternados para manutenção da certificação, e a cada três anos a Companhia se submete a uma recertificação em que todas as áreas são auditadas.

Em 2020, de forma remota em decorrência da pandemia, a Santa Maria recebeu a visita do BSI - British Standards Institution (organismo certificador) para realização da auditoria de recertificação de escopo, tendo sido recomendada, na ocasião, a manutenção de sua certificação.

Em 2021, atendendo ao calendário de auditorias externas, ocorrerá a auditoria de manutenção.

6.7 Balanço energético

O balanço energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e as perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no mercado de curto prazo. A compra de energia elétrica em 2020 foi de 559,2 GWh. Deste montante, os contratos bilaterais representaram 27%, o CCEAR 34% e os contratos de energia base 39%. O balanço energético da Santa Maria, em GWh, está apresentado como segue:

Suprimento (GWh)		Faturamento (GWh)	
Bilaterais (a)	151,709	471,160	Fornecimento
CCEAR (b)	188,267	14,722	Perdas na rede básica
Energia Base (c)	217,511	52,313	Perdas técnicas
MCSD	1,736	8,746	Perdas não técnicas
 Mercado de curto prazo	-12,282	62,921	Energia em trânsito
Energia em trânsito	62,921		
		609,862	Energia requerida

a) Bilaterais: são contratos de suprimento firmados com a EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. e com a Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.;

b) CCEAR: são contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (leilões); e

c) Energia Base: inclui Proinfra, cotas de Angra I e II, cotas de garantia física e Itaipu.

O balanço energético dos últimos 5 anos é apresentado a seguir:

Item	Descrição do item	Balanço energético (GWh)				
		2020	2019	2018	2017	2016
1	Venda de energia	471,160	529,825	470,045	482,091	521,910
2	Consumidores livres	62,921	46,351	36,881	16,471	3,960
3	Mercado atendido (1 + 2)	534,081	576,176	506,926	498,562	525,870
4	Perdas na distribuição	61,059	69,723	54,560	54,209	57,909
5	Perdas na rede básica	14,722	16,135	13,310	13,347	14,151
6	Perdas totais (4 + 5)	75,781	85,858	67,870	67,556	72,060
7	Energia requerida (3 + 6)	609,862	662,034	574,796	566,118	597,930

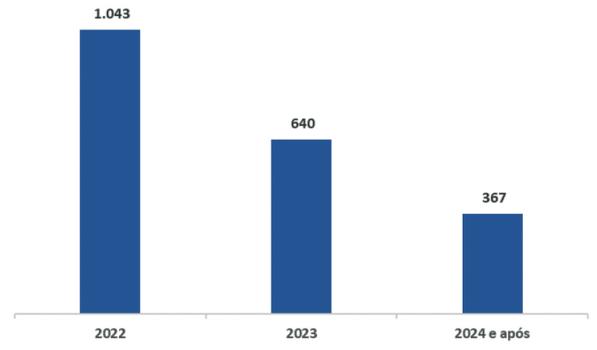
7. ESTRUTURA DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizou R\$ 45,5 milhões, superando o endividamento bruto. Por sua vez, o caixa líquido passou de R\$ 16 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 42 milhões em 31 de dezembro de 2020. Conseqüentemente, a relação entre o caixa líquido e o EBITDA ajustado ao final de 2020 foi de -129,9%. A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia em 31 de dezembro:

Descrição	2020	2019	Variação (%) 2020/2019	2018	2017	2016
Empréstimos e financiamentos - curto prazo	1.397	12.690	-88,99	17.157	3.243	3.987
Empréstimos e financiamentos - longo prazo	2.050	3.447	-40,53	5.899	8.916	12.157
Endividamento bruto	3.447	16.137	-78,64	23.056	12.159	16.144
Caixa e equivalentes de caixa	(45.514)	(32.230)	41,22	(11.953)	(25.095)	(38.920)
Endividamento (caixa) líquido	(42.067)	(16.093)	161,40	11.103	(12.936)	(22.776)
Endividamento (caixa) líquido / EBITDA ajustado (%)	-129,9	-30,8	321,67	29,0	-38,7	-87,4

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

O cronograma de vencimento do endividamento bruto de longo prazo da Companhia é apresentado no gráfico a seguir:



8. CONTEXTO SETORIAL

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema ("ONS"), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional ("SIN"); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

8.1 Tarifas

A Santa Maria é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME, bem como aos termos do seu contrato de concessão. Dessa forma, a tarifa de fornecimento de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL.

Para preservar o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato de concessão, são previstos três mecanismos de atualização da tarifa de energia elétrica: (i) reajuste tarifário anual; (ii) revisão tarifária periódica (a cada cinco anos); e (iii) revisão tarifária extraordinária.

A data de aniversário dos reajustes tarifários anuais e das revisões tarifárias periódicas da Santa Maria é 22 de setembro. A próxima revisão tarifária da Companhia ocorrerá em 2021.

8.2 Reajuste tarifário anual de 2020

Em setembro, foi homologado pela ANEEL o reajuste tarifário anual da Santa Maria, com efeito médio nas tarifas percebido pelos consumidores de 16,89%, sendo 17,13% para os consumidores residenciais e 15,86% para os consumidores de alta tensão. A seguir apresentamos a participação dos itens das Parcelas A e B no reajuste:

»»» Continuação

»»» Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



Item	Descrição do item	Participação no processo tarifário				
		2020	2019	2018	2017	2016
1	Encargos setoriais	3,78%	-5,28%	2,67%	-1,54%	1,46%
2	Custos de transmissão	4,53%	-1,16%	0,44%	6,94%	1,76%
3	Custos de aquisição de energia	6,14%	-3,78%	6,77%	4,06%	-7,47%
4	Total da Parcela A (1 + 2 + 3)	14,45%	-10,22%	9,88%	9,46%	-4,25%
5	Total da Parcela B	0,32%	0,12%	-0,01%	0,32%	0,46%
6	Índice de Reposicionamento Tarifário (4 + 5)	14,77%	-10,10%	9,87%	9,78%	-3,79%
7	Efeito dos itens financeiros - Processo atual	0,02%	0,17%	7,68%	4,30%	-2,47%
8	Efeito dos itens financeiros - Processo anterior	2,10%	-4,25%	-3,23%	2,40%	-3,26%
9	Reajuste Total Médio das Tarifas (6 + 7 + 8)	16,89%	-14,18%	14,32%	16,48%	-9,52%

8.3. Repasses da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A ANEEL também homologou em setembro, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), a serem repassados à Santa Maria pela CCEE, para custear descontos tarifários concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$ 38,5 milhões (R\$ 62,9 milhões em 2019). O valor dos descontos tarifários é registrado mensalmente pela Companhia como receita operacional.

9. GESTÃO DE PESSOAS

9.1 Empregados

Na área de recursos humanos, a Santa Maria atua para fortalecer a gestão por resultados, sustentada na busca por um ambiente de trabalho ético, justo e responsável, que proporcione qualidade de vida e satisfação aos empregados, garantindo condições de desempenho, desenvolvimento e reconhecimento profissional.

Em 2020 foi implantado o RH Estratégico, visando reestruturar processos, tais como os de recrutamento e seleção e treinamento e desenvolvimento, instituir um novo plano de cargos e salários, dentre outras ações.

Uma das primeiras atividades do RH Estratégico em 2020 foi a aplicação da Pesquisa de Clima Organizacional, importante ferramenta de gestão que procura reunir informações sobre o ambiente corporativo na percepção dos colaboradores. A pesquisa respondida por 86% dos empregados revelou que 86,4% sentem orgulho em trabalhar na Santa Maria.

Ao final de 2020, 304 colaboradores (316 ao final de 2019) integravam o quadro funcional da Companhia, com a seguinte composição:

Empregados próprios em 31.12.2020, por gênero e categoria funcional

Categoria funcional	Homens	% dos homens	Mulheres	% das mulheres	Total	% do total
Gerência	32	12%	5	16%	37	12%
Engenheiros, especialistas e analistas	80	29%	21	66%	101	33%
Eletricistas, técnicos e operadores	160	59%	6	19%	166	55%
Total	272	100%	32	100%	304	100%

Além desse contingente, a Santa Maria contava também com 62 colaboradores terceirizados.

O nível de escolaridade dos empregados próprios da Companhia em 31.12.2020 está apresentado a seguir:

Nível de escolaridade	Nº de colaboradores	% dos colaboradores
Ensino superior completo	72	24%
Ensino médio	141	46%
Ensino fundamental	91	30%
Total	304	100%

Ao longo do ano de 2020 foram registradas 14 admissões (12 homens e 2 mulheres) e 26 desligamentos (14 homens e 12 mulheres).

Na área de treinamento e desenvolvimento, a Santa Maria mantém um programa de capacitação permanente para os seus colaboradores. Em 2020, destacamos os seguintes:

- Comissionamento de Sistemas Fotovoltaicos;
- Processo de Verificação de Níveis de Tensão;
- Instalação de Medidor Registrador de Tensão;
- Vistoria de Instalação Bidirecional;
- Desenvolvimento de Liderança;
- Atendimento ao Cliente;
- Obrigações Financeiras do Mercado de Energia; e
- Código de Conduta Ética e Integridade da Santa Maria.

Adicionalmente, a Santa Maria também garante aos seus colaboradores o direito de livre associação, e negocia e firma acordos coletivos de trabalho com o sindicato que os representa. Esses acordos incluem o reajuste salarial anual e atualizações do plano de benefícios, dentre outros temas.

9.2 Saúde e segurança no trabalho

A saúde e segurança no trabalho é uma prioridade para a Santa Maria. Além de atender a toda legislação vigente, a Companhia orienta e treina seus colaboradores por meio de campanhas e ações específicas.

Em 2020, em virtude das restrições causadas pela pandemia, não foi possível realizar a Semana Interna de Prevenção de Acidentes - SIPAT.

Contudo, a área de saúde e segurança no trabalho atuou com protagonismo à frente do Comitê Gestor de Crise, criado pela Santa Maria para acompanhar e determinar ações administrativas de prevenção e proteção à covid-19. Por meio de um protocolo criado para esse fim, foram definidas diversas ações, dentre as quais destacamos:

- Utilização obrigatória de máscaras em ambientes onde estejam concentrados mais de uma pessoa;
- Distribuição de máscaras para todos os empregados;
- Distribuição de álcool para higienização;
- Encaminhamento de parte dos empregados para trabalho em home office;
- Concessão de férias e suspensão do contrato de trabalho dos empregados, especialmente aqueles considerados pelo Ministério da Saúde como pertencentes ao grupo de risco;
- Limpeza dos equipamentos individuais; e
- Aferição da temperatura.

Adicionalmente, no final do mês de abril de 2020, a Companhia patrocinou uma campanha de vacinação contra a gripe (Vacina Influenza Tetravalente - Cepas 2020), imunizando 300 colaboradores. As doses foram adquiridas pela Santa Maria na rede privada, sem custo para os empregados.

10. PESQUISA & DESENVOLVIMENTO

Ao longo do ano de 2020 foi dada continuidade à execução do projeto de P&D intitulado "Sistema Integrado para Indicação de Ações Técnicas de Combate às Perdas Elétricas em Redes de Distribuição Urbanas e Rurais de MT e BT Através da Monitoração Online Centralizada de Grandezas Elétricas", classificado na fase da cadeia de inovação denominada Cabeça de Série (CS), o que significa dizer que a tecnologia desenvolvida no projeto anterior - fase de desenvolvimento experimental-, concluído no ano de 2015, tem sido trabalhada com foco no aperfeiçoamento da metodologia, sendo preparada, inclusive, para a inserção do produto em desenvolvimento no mercado, ante sua relevância e aplicabilidade no setor elétrico nacional.

O projeto em execução tem como escopo o aperfeiçoamento da metodologia, do sistema computacional e do equipamento de monitoração desenvolvidos na fase anterior do projeto de P&D, visando à detecção, identificação, à segregação e à localização de perdas elétricas - segregadas nas componentes técnicas e comerciais-, assim como a monitoração de parâmetros de qualidade, segundo os procedimentos vigentes do PRODIST, em redes de distribuição urbanas e rurais de Média Tensão (MT) e Baixa Tensão (BT), através de monitoramento online e acesso às bases de dados energéticos da concessionária.

A previsão de conclusão do projeto era fevereiro/2021, com investimento estimado em R\$ 1,5 milhão. Contudo, em razão de algumas decisões estratégicas tomadas ao longo do projeto, haverá a prorrogação de seu prazo de execução até o final do ano de 2021.

Também no ano de 2020 houve a continuidade do projeto de P&D intitulado "Aperfeiçoamento da Estrutura das Tarifas de Energia Elétrica no Brasil", executado pelas empresas Escher Consultoria e Engenharia Ltda. e Consultar Consultoria e Serviços de Engenharia S.S., que tem por escopo a elaboração de uma nova proposta de regulação do setor elétrico, com desenho tarifário mais amplo, contemplando integralmente os horários de carregamento das redes elétricas - visão holística, ao longo do ano e com liberdade de definição dos postos tarifários. O investimento total estimado é de R\$ 970 mil, com previsão de conclusão até o final do ano de 2021. Ainda no ano de 2020, houve a contratação de outros dois projetos de P&D, cuja previsão de início é no 1º semestre do ano de 2021. De forma geral, um dos projetos terá como foco a otimização da geração em pequenas centrais hidrelétricas (PCH's) e centrais geradoras hidrelétricas (CGH's), enquanto o outro guarda relação com a redução de carga no período de maior carregamento do sistema de energia elétrica da Santa Maria.

Em razão dos projetos em execução e da previsão de execução dos projetos contratados e não iniciados no ano de 2020, prevê-se a inexistência de valores acumulados a serem destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) por força do § 2º do art. 5º-B da Lei nº 9.991/2000, inserido através da Medida Provisória (MP) nº 998/2020, sem prejuízo, contudo, aos repasses das parcelas referentes às obrigações mensais a partir de setembro/2020.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Santa Maria apoia e desenvolve projetos que promovam educação, cultura, esporte, geração de renda, empreendedorismo, melhoria ambiental e desenvolvimento econômico e social nas comunidades onde está inserida. Entre as principais ações realizadas no último ano, destacam-se:

Eficiência Energética

Para o ano de 2020, havia previsão de início de um projeto de eficiência energética (EE), que teria como objetivo a atuação perante consumidores carentes, com foco na substituição de lâmpadas e melhoria de instalações internas em estado precário. Contudo, em razão da pandemia do novo coronavírus, não foi possível iniciar o projeto em questão, uma vez que as ações demandariam contato de terceiros pessoas com consumidores, as quais necessitariam de acesso às residências, especialmente para a execução de serviços de melhoria das instalações internas. Dessa forma, não foram realizadas ações de EE no ano de 2020.

Adicionalmente, de acordo com o § 2º do art. 5º-B da Lei nº 9.991/2000, inserido através da MP nº 998/2020, a partir de sua regulamentação, prevê-se o repasse de, aproximadamente, R\$ 2 milhões à CDE, além de parte da obrigação mensal a partir de setembro/2020.

»»» Continuação

»»» Continuação



SANTA MARIA

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



75 ANOS
SANTA MARIA

MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

Patrocínios, apoios e doações

- Montagem da tradicional árvore de Natal no município de Colatina;
- Doação para a Associação Amigas para o Bem Viver. A associação é uma ONG situada no município de Colatina, que apoia pacientes no enfrentamento do câncer e na busca pela sua recuperação, oferecendo vários serviços, tais como atendimento psicológico e jurídico, confecção de perucas e próteses mamárias;
- Apoio à campanha do Outubro Rosa em Colatina;
- Criação, em parceria com o SENAI Colatina, da Escola de Eletricista de Redes de Distribuição, com o objetivo de qualificar profissionais que tenham interesse em trabalhar na área de distribuição de energia elétrica. O curso possui carga horária de 320 horas, e é totalmente gratuito aos participantes. Em 2020 foi formada a primeira turma, que teve todos os 11 alunos formados contratados pela Santa Maria;
- Doação de materiais e mão de obra para a criação de 10 novos leitos de UTI no Hospital Sílvio Avidos, em Colatina, incluindo pintura, aparelhos de ar condicionado, camas elétricas e a instalação de uma central de monitoramento para UTIs, para auxiliar no enfrentamento da pandemia;
- Doação de aproximadamente 10.000 máscaras e 60.000 luvas às secretarias municipais de saúde dos municípios que integram a área de concessão da Companhia, para auxiliar no enfrentamento da pandemia;
- Patrocínio à Semana da Portador de Deficiência, promovida pela APAE Colatina;
- Doação para o Fundo da Infância e Adolescência.

Iniciativas ambientais

A Santa Maria desenvolve atividades e programas com a finalidade de prevenir, controlar, mitigar ou compensar impactos ambientais nas comunidades em que

atua, dentre os quais destacamos:

- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD;
- Programa de Monitoramento de Peixes;
- Programa de Gerenciamento de Resíduos - PGR;
- Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo de Água; e
- Programa de Educação Ambiental - PEA.

Adicionalmente, destacaram-se as seguintes ações realizadas em 2020:

- Implantação do Transformador Verde de distribuição isolado com óleo vegetal, que, além de biodegradável, é renovável. A novidade oferece benefícios aos consumidores devido ao menor índice de falhas;
- Distribuição de um kit sustentável aos empregados, contendo uma bolsa ecológica para compras em feiras e supermercados, além de garrafa e copo térmicos para substituir o uso de descartáveis;
- Apoio ao projeto Plantar é Viver, que vem crescendo a cada edição e ganhando importância na região noroeste capixaba, como propagador da consciência ambiental, principalmente entre as crianças. Além de educar, o projeto faz com que as pessoas coloquem a mão na massa com o plantio de árvores nativas.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Santa Maria esclarece que a empresa Baker Tilly Brasil - ES Auditores Independentes, prestou a essa Companhia, no exercício de 2020, exclusivamente, serviços de auditoria.

A Administração da Santa Maria entende e declara que esses serviços foram prestados em atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

13. BALANÇO SOCIAL

Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.						
Balanco social - Formulário IBase						
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Em milhares de reais)						
1 - Base de cálculo	2020			2019		
Receita líquida (RL)	262.053			288.934		
Resultado operacional (RO)	24.921			45.048		
Folha de pagamento bruta (FPB)	29.395			26.342		
2 - Indicadores sociais internos	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.714	5,83%	0,65%	1.560	5,92%	0,54%
Encargos sociais compulsórios	6.554	22,30%	2,50%	6.103	23,17%	2,11%
Previdência privada	839	2,85%	0,32%	782	2,97%	0,27%
Saúde	457	1,55%	0,17%	436	1,66%	0,15%
Segurança e medicina do trabalho	368	1,25%	0,14%	540	2,05%	0,19%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	127	0,43%	0,05%	135	0,51%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (vale-transporte / seguro de vida)	136	0,46%	0,05%	173	0,66%	0,06%
Total dos indicadores sociais internos	10.195	34,67%	3,88%	9.729	36,94%	3,37%
3 - Indicadores sociais externos	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	7	0,03%	0,00%	14	0,03%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Fundo dos direitos da criança e do adolescente	10	0,04%	0,00%	10	0,02%	0,00%
Saúde e saneamento	167	0,67%	0,06%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	3	0,01%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (doações e patrocínios)	16	0,06%	0,01%	19	0,04%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	200	0,80%	0,07%	46	0,10%	0,01%
Tributos (excluídos encargos sociais)	99.412	398,91%	37,94%	123.372	273,87%	42,70%
Total dos indicadores sociais externos	99.612	399,71%	38,01%	123.418	273,97%	42,71%
4 - Indicadores ambientais	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção / operação da empresa	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ ou projetos externos	18	0,07%	0,01%	5	0,01%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	18	0,07%	0,01%	5	0,01%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 71 <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 71 <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	2020			2019		
Nº de empregados (as) ao final do período	304			316		
Nº de admissões durante o período	14			41		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	62			61		
Nº de estagiários (as)	2			2		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	108			115		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	32			42		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	13,51%			14,70%		
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	141			139		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	32,43%			20,59%		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	10			10		

»»» Continuação

»»» Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



MAIS ENERGIA
PARA SUA VIDA

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2020			2019		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	28,22			28,22		
Número total de acidentes de trabalho	1			2		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa são definidos por:	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) empregados (as), a empresa:	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	Na empresa: 647	No procon: 1	Na justiça: 31	Na empresa: 811	No procon: 7	Na justiça: 15
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na empresa: 100,00%	No procon: 100,00%	Na justiça: 60,00%	Na empresa: 100,00%	No procon: 100,00%	Na justiça: 60,00%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	Em 2020: 194.932			Em 2019: 232.939		
Distribuição do valor adicionado (DVA):	Governo: 71,08% Colaboradores (as): 12,45% Acionistas: 8,10% Terceiros: 4,22% Retido: 4,15%			Governo: 70,38% Colaboradores (as): 9,27% Acionistas: 8,83% Terceiros: 3,30% Retido: 8,22%		

7 - Outras Informações

N/A - Não Aplicável.

A Administração.

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	45.514	32.230	Fornecedores	15	18.667	17.329
Consumidores	6	38.232	31.916	Concessionárias e permissionárias	7	9.332	-
Concessionárias e permissionárias	7	-	1.866	Empréstimos e financiamentos	16	1.397	12.690
Tributos compensáveis	8	18.231	17.294	Obrigações sociais e trabalhistas	17	8.150	7.776
Almoxarifado operacional	9	1.401	1.433	Tributos	18	11.065	8.707
Ativos financeiros setoriais, líquidos	10	14.450	7.490	Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	22.4	11.959	14.932
Despesas pagas antecipadamente	31.1	201	215	Encargos setoriais	19	6.478	5.150
Reembolsos do fundo da CDE	11	5.351	21.305	Consumidores	20	16.312	16.287
Outros ativos circulantes	12	487	541	Provisões	26	300	-
Total do circulante		123.867	114.290	Outros passivos circulantes	21	1.785	1.518
Não circulante				Total do circulante		85.445	84.389
Tributos compensáveis	8	17.674	30.057	Não circulante			
Depósitos judiciais e cauções	26.1	130	109	Empréstimos e financiamentos	16	2.050	3.447
Outros ativos não circulantes	12	472	716	Tributos	18	10.683	10.488
Ativo financeiro indenizável	13.1	6.381	5.408	Provisões	26	427	1.489
Ativo contratual	13.2	9.562	10.349	Consumidores	20	23.379	32.582
Intangível	14	126.111	124.907	Outros passivos não circulantes	21	30	38
Total do não circulante		160.330	171.546	Total do não circulante		36.569	48.044
Total do ativo		284.197	285.836	Patrimônio líquido	22		
				Capital social	22.1	120.000	112.499
				Reservas de lucro	22.3	42.183	40.904
				Total do patrimônio líquido		162.183	153.403
				Total do passivo e patrimônio líquido		284.197	285.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados dos exercícios - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	23	262.053	288.934
Custos dos serviços	24	(218.118)	(225.487)
Custo com energia elétrica		(165.693)	(174.099)
Custo de operação		(38.378)	(38.158)
Custo de construção		(14.047)	(13.230)
Lucro Bruto		43.935	63.447
Despesas operacionais	24	(19.014)	(18.399)
Lucro Operacional		24.921	45.048
Resultado financeiro	25	4.437	4.937
Receitas financeiras		11.307	11.329
Despesas financeiras		(6.870)	(6.392)
Lucro antes dos impostos		29.358	49.985
Impostos	18.2	(5.491)	(10.258)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(5.406)	(10.200)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(85)	(58)
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias		23.867	39.727
Participações estatutárias	30	(2.755)	(4.466)
Lucro líquido do exercício		21.112	35.261
Lucro por ação	22.2	4,25	7,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continuação»»»

»»»» Continuação



SANTA MARIA

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



75 ANOS
SANTA MARIA

MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal	Reservas de lucro Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	100.000	5.704	8.231	3.512	12.220	-	129.667
Aumento do capital social	12.499	(5.525)	-	-	(757)	-	6.217
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(270)	-	270	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	35.261	35.261
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	4.727	-	-	-	(4.727)	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.521	-	(1.521)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	113	-	-	(113)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	12.794	(12.794)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.636)	(16.106)	(17.742)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	112.499	4.906	8.074	5.033	22.891	-	153.403
Aumento do capital social	7.501	(4.459)	-	-	(3.042)	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(270)	-	270	-	-
Reversão de provisões no exercício:							
Gratificação de administradores	-	-	-	-	1.650	-	1.650
Reversão de incentivo fiscal - Portaria nº 3.114/2019	-	(268)	-	-	-	-	(268)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.112	21.112
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	2.177	-	-	-	(2.177)	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	938	-	(938)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	164	-	-	(164)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	4.805	(4.805)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(686)	(13.028)	(13.714)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	120.000	2.356	7.968	5.971	25.888	-	162.183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		29.358	49.985
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa			
Amortização	14	8.083	7.783
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	25	(722)	(228)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	25	76	124
Encargos sobre operação de mútuo	25	-	128
Resultado com derivativos - Swap	25	(2.470)	531
Valor justo do ativo financeiro indenizável	23	(250)	(170)
Provisões	24	378	2.476
Devolução de incentivo fiscal - Portaria nº 3.114/2019	22.3	(268)	-
Reversão de provisão - Gratificação administradores		1.650	-
		35.835	60.629
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Consumidores	6	(6.729)	5.786
Concessionárias e permissionárias	7	11.198	(1.495)
Tributos compensáveis	8	11.446	(46.294)
Amoxarifado operacional	9	32	(182)
Despesas pagas antecipadamente	31.1	14	87
Depósitos judiciais e cauções	26.1	(21)	(10)
Ativos financeiros setoriais, líquidos	10	(6.238)	18.510
Reembolsos do fundo da CDE	11	15.954	(17.395)
Outros ativos	12	(31)	161
		25.625	(40.832)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Fornecedores	15	1.338	(2.043)
Obrigações sociais e trabalhistas	17	374	1.478
Tributos	18	2.553	(2.144)
Encargos setoriais	19	1.252	(1.309)
Consumidores	20	(9.178)	48.869
Liquidações de litígios	26	(398)	-
Outros passivos	21	259	(348)
		(3.800)	44.503
Caixa proveniente das atividades operacionais		57.660	64.300
Imposto de renda e contribuição social	18.2	(5.491)	(10.258)
Caixa líquido das atividades operacionais		52.169	54.042
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao ativo contratual	13.2	(10.022)	(13.378)
Baixas do intangível	14	799	831
Caixa líquido das atividades de investimento		(9.223)	(12.547)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	6.217
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	22.4	(16.687)	(15.391)
Participações estatutárias	30	(2.755)	(4.466)
Captação de empréstimos e financiamentos	16.3	-	10.000
Amortização de principal e encargos sobre empréstimos e financiamentos	16.3	(13.166)	(18.659)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	25	2.946	1.081
Caixa líquido das atividades de financiamento		(29.662)	(21.218)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		13.284	20.277
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		32.230	11.953
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		45.514	32.230
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		13.284	20.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua»»»»

»»» Continuação



SANTA MARIA

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



75 ANOS
SANTA MARIA
MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

Demonstrações do valor adicionado - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	23	298.583	356.146
Outras receitas		76.901	68.033
Receitas relativas à construção de ativos próprios		14.047	13.230
		389.531	437.409
Penalidades DIC/FIC e outras	23	(201)	(363)
		389.330	437.046
Provisões	24	(378)	(2.476)
		388.952	434.570
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida	24	(165.693)	(174.099)
Materiais		(3.046)	(3.081)
Serviços de terceiros		(10.294)	(10.277)
Seguros		(380)	(476)
Custo de construção		(14.047)	(13.230)
Outros gastos operacionais		(4.784)	(5.024)
		(198.244)	(206.187)
Valor adicionado bruto		190.708	228.383
Amortização	24	(7.469)	(7.201)
Valor adicionado líquido		183.239	221.182
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	25	11.693	11.757
Valor adicionado total a distribuir		194.932	232.939
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	24.2	19.093	16.422
Benefícios		3.748	3.817
FGTS		1.431	1.354
		24.272	21.593
Impostos, taxas e contribuições			
	18.2; 23; 24; 24.2 e 25		
Federais		40.356	51.415
Estaduais		64.101	76.598
Municipais		78	108
		104.535	128.121
Outras obrigações			
Obrigações intrassetoriais	23	34.024	35.809
		34.024	35.809
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	25	6.870	6.392
Aluguéis	24	1.364	1.297
		8.234	7.689
Remuneração de capitais próprios			
Juros sobre o capital próprio	22.4	7.129	7.833
Dividendos declarados	22.4	5.899	8.273
Participações estatutárias	30	2.755	4.466
Lucros retidos		8.084	19.155
		23.867	39.727
		194.932	232.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Santa Maria" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A Companhia detém a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045, atuando em 11 municípios no Estado do Espírito Santo, com uma área de concessão de 4.994 km². As atividades da Companhia são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalizar o cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia. Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar,

pelos fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica, as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

A concessão poderá ser extinta pelo advento do termo contratual, pela encampação do serviço, pela caducidade, pela rescisão, e por irregularidades ou falência da concessionária.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 605/2014, e demais normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia elaborou de forma espontânea a Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), nos termos do Pronunciamento Técnico nº 09 do CPC, as quais não são requeridas para empresas de capital fechado, sendo apresentada como parte suplementar nas demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas contábeis. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota Explicativa nº 28.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados (Nota Explicativa nº 23); (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da CCEE (Nota Explicativa nº 23); (iii) critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão, e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão (vida útil dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor (Notas Explicativas nº 13.1 e 14); (iv) a análise do risco de crédito para determinação das provisões para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6); (v) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios (Nota Explicativa nº 26); e (vi) valores a compensar e/ou repassar da Parcela A e outros itens financeiros (Nota Explicativa nº 10).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Sumário das principais práticas e mudanças nas políticas contábeis

3.1 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço (Nota Explicativa nº 5).

»»» Continuação

»»»» Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.
NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Instrumentos Financeiros

• **Ativos financeiros**

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

• **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

• **Compensação de saldos ("offsetting")**

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

• **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge ("hedge accounting")**

Quando da existência de contratos submetidos a variações cambiais, a Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de hedge (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

c) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado aos consumidores finais e pelo valor da energia fornecida e consumida e não faturada, e incluem os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, e estão apresentados pelo seu valor presente ajustado pela redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD (Nota Explicativa nº 6).

d) Estoques

Estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização.

e) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. A Companhia considera sua rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa. O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

f) Concessão do serviço público (ativo financeiro indenizável, ativo contratual e intangível)

O CPC emitiu em 2009 a Interpretação Técnica ICPC01 (ITG 01) - Contratos de Concessão, aprovada pela Resolução CFC nº 1.261/2009, com redação dada pela Resolução CFC nº 1.376/2011, aplicável aos contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além

disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Como o contrato de concessão da Companhia possui tais características, essa interpretação é aplicável.

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, se a Concessionária não controla os ativos subjacentes, a infraestrutura da concessão não pode ser reconhecida como ativo imobilizado, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na Interpretação ICPC 01 (IFRIC 12), dependendo do tipo de compromisso de remuneração da Concessionária assumido com o Poder Público. Como a Companhia é remunerada: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, aplica-se o modelo bifurcado, que inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização da infraestrutura da concessão, cobrados dos usuários.

• **Ativo financeiro indenizável**

Representa a parcela estimada do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão sobre a qual a Companhia possui o direito incondicional de receber da União a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Está registrado pelo Valor Novo de Reposição - VNR, conforme critérios estabelecidos pela ANEEL, com base no valor dos ativos em serviço vinculados à concessão e que serão revertidos ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, e está classificado ao valor justo por meio do resultado (Nota Explicativa nº 13.1).

• **Ativo contratual - Infraestrutura da concessão**

O ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para bens em serviço no intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão (Nota Explicativa nº 13.2).

• **Intangível**

Compreende o direito da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso da infraestrutura. O ativo intangível é mensurado ao seu valor de custo, o qual inclui também os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, quando aplicável. Este ativo está registrado pelo seu valor histórico e a amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.

A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados, caso seja adequado, como mudança de estimativas contábeis, de acordo com as taxas estabelecidas pela ANEEL (Nota Explicativa nº 14).

g) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

h) Subvenções governamentais

A receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, é reembolsada pela CCEE.

i) Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A, pela ANEEL, e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos.

Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos de reajuste ou revisão tarifária ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão (Nota Explicativa nº 10).

j) Empréstimos e financiamentos

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

»»»» Continuação

Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

• Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de tributos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, válido até 2027, que provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração, nos termos do Laudo Constitutivo nº 77/2018, expedido pela SUDENE, reconhecido pela RFB por meio do Despacho Decisório nº 224/2020-EBEN-DEVAT07/DRF/NIT e do Ato Declaratório Executivo nº 83/2020. Esse incentivo fiscal foi reconhecido no resultado do exercício da Companhia. Em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091-A, de 28 de dezembro de 2007, o valor do imposto de renda que deixar de ser pago não poderá ser distribuído aos acionistas, devendo ser transferido para a rubrica "Reserva de incentivos fiscais" nas reservas de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

• Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes. As bases utilizadas para o cálculo dos impostos diferidos são revisadas a cada exercício e ajustadas quando necessário.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Atualmente, o critério utilizado está de acordo com o estabelecido na Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a qual é considerada suficiente pela Administração da Companhia para absorver eventuais perdas na realização dos créditos (Nota Explicativa nº 6).

n) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquida de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas à prestação de serviço.

O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Para as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura. Mensalmente, a totalidade dos investimentos finalizados adicionada ao ativo intangível é registrada no resultado como custo de construção.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

o) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem, basicamente, as receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as despesas com

juros sobre empréstimos e financiamentos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

p) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

q) Benefícios pós emprego

• Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições ao plano de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível (Nota Explicativa nº 29).

r) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos / encargos incorridos até a data do balanço.

s) Informações por segmento

Por possuir apenas um segmento, o de distribuição de energia elétrica, a Companhia não apresenta informações segmentadas em Nota Explicativa específica.

3.2 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
CPC 15 - Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação; e CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.	01/01/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da covid-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.	01/01/2020

3.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas ou alteradas, mas ainda não vigentes, se aplicável aos negócios da Companhia, serão adotadas assim que entrarem em vigor.

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Pandemia Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") caracterizou a propagação da covid-19, como pandemia. A partir desta declaração, tendo como objetivo a minimização dos impactos decorrentes desta doença e, sobretudo, a preservação da vida, medidas restritivas para garantir o distanciamento social como o fechamento de estabelecimentos comerciais e paralisação das indústrias, foram tomadas.

Continuação

»»» Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As restrições à circulação e às atividades comerciais, industriais e de serviços impactaram no consumo de energia elétrica, acarretando queda nos respectivos faturamentos das distribuidoras. No caso da Santa Maria, com base na variação anual do mercado de 12 meses anteriores ao período de isolamento, estima-se que o impacto devido a pandemia no mercado da Companhia tenha sido de 17,77%. Como resposta à pandemia, e com o objetivo de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, algumas medidas temporárias foram tomadas e se encontram descritas a seguir:

a) Resolução Normativa ANEEL nº 878

Com medidas que visam estabelecer a preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da covid-19, em 24 de março de 2020, foi publicada a Resolução Normativa nº 878 pela ANEEL, tendo como ponto principal a vedação da suspensão de fornecimento por inadimplemento de unidades consumidoras relativas aos serviços e atividades considerados essenciais, onde existam pessoas usuárias de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica e das classes residenciais rural e baixa renda. Em 15 de junho de 2020, a ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 886 prorrogou os dispositivos da Resolução Normativa nº 878 até 31 de julho de 2020. Em 21 de julho de 2020, a Resolução Normativa nº 891, aprovou a revisão da Resolução Normativa nº 878/2020, com novas regras a partir de 1º de agosto de 2020, dentre elas citamos a manutenção da vedação de cortes de energia por falta de pagamento para os consumidores classificados como residenciais baixa renda enquanto durar o estado de emergência da pandemia.

b) Medida Provisória nº 950

Em 08 de abril de 2020, foi assinada a Medida Provisória nº 950 que dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da covid-19. A referida legislação prevê modificações temporárias na Lei nº 12.121 de 20 de janeiro de 2010, alterando para 100% o percentual de desconto para os consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda que possuem consumo de energia elétrica igual ou inferior a 220 kWh/mês. De acordo com as homologações da ANEEL, a Companhia foi ressarcida dos descontos tarifários da Tarifa Social de Energia Elétrica aplicados no período de vigência da Medida Provisória (abril, maio e junho de 2020), no montante de R\$ 1.315. Os repasses recebidos foram registrados na receita operacional (Nota Explicativa nº 23).

c) Convênio ICMS nº 42

Em 16 de abril de 2020 foi assinado o Convênio ICMS nº 42, que autoriza os Estados durante o período da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da covid-19, a conceder isenção de ICMS relativo à parcela da subvenção da tarifa de energia elétrica, no respectivo fornecimento a consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda, de acordo com a redação da Medida Provisória nº 950, de 08 de abril de 2020. O Decreto nº 4633-R de 16 de abril de 2020, publicado pelo Estado do Espírito Santo, ratificou as tratativas estabelecidas pelo Convênio.

d) Despacho ANEEL nº 986

Como medida de reforço a liquidez financeira do setor de distribuição de energia elétrica, a ANEEL autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, por meio do Despacho nº 986, de 07 de abril de 2020, a repassar às distribuidoras os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. Sendo assim, a Companhia recebeu até o final do exercício de 2020 o montante de R\$ 2.601. Tal montante foi contabilizado como passivo financeiro setorial de acordo com a sua competência.

e) Despachos ANEEL nº 1.511, 3.363 e 3.364 - Bandeiras Tarifárias

Como medida emergencial para aliviar a conta de luz dos consumidores, em 26 de maio de 2020, por meio do Despacho nº 1.511, ficou decidido pela manutenção da bandeira tarifária verde até o encerramento do exercício de 2020. Em 30 de novembro de 2020, por meio dos Despachos nº 3.364 e nº 3.363, respectivamente, ocorreram a revogação do Despacho ANEEL nº 1.511, e a fixação, para a competência de dezembro de 2020, da bandeira vermelha patamar 2.

f) Resolução Normativa ANEEL nº 885 - Conta Covid

Criada com o objetivo de minimizar os impactos da pandemia, proporcionando as distribuidoras maior liquidez financeira e aos consumidores menor impacto tarifário no ano de 2020, a Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, aprovou a regulamentação do Decreto nº 10.350/2020 que autorizou a criação da Conta Covid. Para tanto, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), foi realizada a antecipação de ativos setoriais constituídos pelas distribuidoras, permitindo que os custos que seriam repassados aos consumidores nos próximos reajustes, com pagamento em 12 meses, fossem diluídos em 5 anos. A Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da Conta Covid, no valor total de R\$ 21,9 milhões, que foram integralmente recebidos ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O primeiro repasse recebido foi incorporado como componente financeiro negativo na base do reajuste tarifário anual e viabilizou uma redução de 6,46% na tarifa homologada em 22 de setembro de 2020 (Nota Explicativa nº 4.2.1). Os repasses recebidos em data posterior ao reajuste mencionado, integrarão a base de cálculo do reajuste tarifário do ano de 2021.

4.2 Assuntos regulatórios

4.2.1 Reajuste tarifário anual de 2020

Em 30 de junho de 2020, por meio do Despacho nº 1.912, foi aprovada nova data de aniversário contratual para a Companhia, fixada em 22 de setembro de cada ano, com a consequente prorrogação, até 21 de setembro de 2020, por meio da Resolução Homologatória nº 2.751, de 18 de agosto de 2020, das tarifas constantes

na Resolução Homologatória nº 2.591, de 13 de agosto de 2019. Considerando os efeitos da pandemia da covid-19, e tendo por objetivo aliviar os consumidores de impactos tarifários no ano de 2020, a Companhia optou por diferir 100% da previsão de risco hidrológico, além de incluir contrato bilateral para fornecimento de energia elétrica a um custo menor e aderir, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, à Conta Covid (Nota Explicativa nº 4.1f). Juntas, essas medidas representaram uma redução de 13,47% nas tarifas vigentes a partir de 22 de setembro de 2020.

Após os esforços empregados, o reajuste tarifário anual da Companhia, vigente no período de 22 de setembro de 2020 a 21 de setembro de 2021, foi aprovado por meio da Resolução Homologatória nº 2.766, de 22 de setembro de 2020. Em média, as tarifas foram reajustadas em 16,89%, sendo que o efeito para os consumidores residenciais foi de 17,13% e para os consumidores de alta tensão (grupo A) de 15,86%.

O efeito médio de 16,89% decorre: (i) do reajuste dos itens de custos de Parcela A e B, calculados conforme estabelecido no contrato de concessão, para a formação da Receita Requerida; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo tarifário anterior, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

4.2.2 Bandeiras tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor os custos adicionais, não previstos nas tarifas, de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente.

Atualmente, existem quatro faixas de bandeiras: (i) vermelha - patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 62,43/MWh; (ii) vermelha - patamar 1, com acréscimo de R\$ 41,69/MWh; (iii) amarela, com acréscimo de R\$ 13,43/MWh; e (iv) verde, sem acréscimo.

Como medida emergencial para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido devido à pandemia da covid-19, e considerando a atualização anual dos valores adicionais cobrados para as faixas de bandeiras existentes, em 26 de maio de 2020, o Despacho ANEEL nº 1.511 suspendeu, em caráter excepcional e temporário, a aplicação da sistemática de acionamento do sistema de Bandeiras Tarifárias, prevista no Submódulo 6.8 do PRORÉ, com a bandeira verde acionada até 31 de dezembro de 2020. Em 30 de novembro de 2020, por meio dos Despachos nº 3.364 e nº 3.363, respectivamente, houve a revogação do Despacho ANEEL nº 1.511, e a fixação, para a competência de dezembro de 2020, da bandeira vermelha patamar 2 (Nota Explicativa nº 4.1e). As bandeiras tarifárias aplicadas em 2020 e 2019 foram:

Bandeira	2020	2019
	Meses	Meses
Verde	Fevereiro a Novembro	Janeiro a Abril e Junho
Amarela	Janeiro	Maior, Julho, Outubro e Dezembro
Vermelha - patamar 1	-	Agosto, Setembro e Novembro
Vermelha - patamar 2	Dezembro	-

Em 2020 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 3.205 de bandeira tarifária (R\$ 8.230 em 2019), sendo que, deste montante, R\$ 769 foram recebidos através da CCRBT (R\$ 2.889 em 2019), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

4.2.3 Nível contratual

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor elétrico, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar o seu portfólio.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Composição	2020	2019
Caixa e depósitos bancários à vista	2.697	2.847
Aplicações financeiras de curto prazo	42.817	29.383
Total	45.514	32.230

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020 equivale a 99,41% do CDI (87,4% em 2019).

»»» Continuação

»»» Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Consumidores

Classe de consumo	Valores correntes								Valores renegociados							
	Vincendos (i)		Vencidos				Vincendos		Vencidos				Total		2020	2019
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PPECLD (ii)	Total	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	PPECLD (ii)	Total			
Residencial	7.716	3.986	176	204	311	(691)	11.702	60	37	172	81	(88)	262	11.964	9.417	
Comercial, serviços e outros	4.273	1.174	12	48	545	(593)	5.459	18	2	61	59	(19)	121	5.580	5.194	
Industrial	2.845	847	32	49	973	(973)	3.773	126	-	223	494	(461)	382	4.155	4.081	
Rural	1.440	2.140	69	95	186	(186)	3.744	27	25	60	33	(26)	119	3.863	3.170	
Poder Público	929	46	-	-	8	(8)	975	-	-	-	2	(2)	-	975	952	
Iluminação Pública	885	16	-	-	28	(28)	901	-	-	-	-	-	-	901	739	
Serviço Público	868	2	-	-	-	-	870	-	-	-	-	-	-	870	702	
Subtotal	18.956	8.211	289	396	2.051	(2.479)	27.424	231	64	516	669	(596)	884	28.308	24.255	
Fornecimento não faturado	9.277	-	-	-	-	-	9.277	-	-	-	-	-	-	9.277	7.527	
Serviços cobráveis	100	-	-	-	-	-	100	-	-	-	-	-	-	100	43	
Participação financeira	553	-	-	-	-	(6)	547	-	-	-	-	-	-	547	91	
Total	28.886	8.211	289	396	2.051	(2.485)	37.348	231	64	516	669	(596)	884	38.232	31.916	

(i) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público, que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos; e

(ii) Os valores relativos à provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") foram constituídos em bases consideradas suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções emitidas pelo órgão regulador e nas práticas adotadas pela Companhia, resumidas a seguir:

• Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, baseado na experiência real de perda de crédito dos últimos anos.

• Demais débitos

Em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos:

(a) Consumidores residenciais há mais de 90 dias;

(b) Consumidores comerciais há mais de 180 dias; e

(c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, há mais de 360 dias.

A movimentação da PPECLD dos valores correntes está assim apresentada:

Movimentação	2020	2019
Saldos iniciais	(2.198)	(1.764)
Adições	(795)	(966)
Baixas	264	305
Reversões	250	227
Saldos finais	(2.479)	(2.198)

7 Concessionárias e permissionárias

Composição	Ref.	2020	2019
Ativos			
Suprimento - CCEE - MCP	(a)	-	3.589
Suprimento - CCEE - MVE	(b)	-	572
Total dos ativos			4.161
Passivos			
Suprimento - CCEE - MCP	(a)	(9.332)	(2.295)
Total dos passivos		(9.332)	(2.295)
Saldo líquido		(9.332)	1.866

(a) Refere-se aos resultados provenientes da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo ("MCP"), no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2020. As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência; e

(b) Refere-se aos créditos provenientes da comercialização de energia elétrica no Mecanismo de Venda de Excedentes ("MVE"), no âmbito da CCEE.

8 Tributos compensáveis

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		2020	2019	2020	2019
Contribuição social sobre o lucro líquido					
- CSLL	(a)	82	82	-	-
Programa de integração social - PIS	(b)	3.129	2.976	3.057	5.257
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(b)	14.499	13.797	13.850	24.064
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	(c)	489	425	767	736
Outros		32	14	-	-
Total		18.231	17.294	17.674	30.057

(a) Refere-se ao saldo negativo de CSLL apurado no exercício 2016, pendente de restituição;

(b) Refere-se ao direito de recuperar os valores recolhidos anteriormente com base na sentença que transitou em julgado com decisão favorável em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A movimentação dos valores ao longo do exercício de 2020 está demonstrada a seguir:

Movimentação	PIS	COFINS	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	8.233	37.861	46.094
Atualizações no período	153	703	856
Compensações no período	(2.200)	(10.215)	(12.415)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.186	28.349	34.535
Circulante	3.129	14.499	17.628
Não circulante	3.057	13.850	16.907

(c) Refere-se ao imposto creditado nos termos da Lei Complementar nº 87/1996, apropriado à razão de 1/48 avos por mês.

9 Almoxarifado operacional

O saldo de R\$ 1.401 (R\$ 1.433 em 2019) se refere às aquisições de materiais necessários à execução, conservação e manutenção do sistema de distribuição, e está assim representado:

Composição	2020	2019
Almoxarifado de manutenção e operação	1.158	1.188
Adiantamentos a fornecedores	238	240
Outros	5	5
Total	1.401	1.433

10 Ativos financeiros setoriais, líquidos

Os ativos e passivos financeiros setoriais se referem aos valores originados da diferença temporal entre os custos homologados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos homologados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção da concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

No balanço patrimonial os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais são compensados entre si e apresentados pelo valor líquido no ativo ou no passivo, conforme o caso. A movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais está demonstrada a seguir:

Movimentação	2020	2019
Saldos iniciais	7.490	25.772
Constituição	33.394	9.685
Bandeiras tarifárias	(3.205)	(8.230)
Amortização	(2.045)	(18.959)
Atualização	722	228
Ressarcimento de encargos	-	(1.006)
Recebimento Conta Covid	(21.906)	-
Saldos finais	14.450	7.490

Continua»»»

Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos ativos e passivos financeiros setoriais no exercício é demonstrada como segue:

	Receita operacional líquida				Resultado financeiro	Recebimento	Valores em				Valores em saldo a compensar (v)
	Saldos em 31/12/2019	Consti-tuição	Bandeiras Tarifárias (vii)	Amor-tização	Atualização	Conta Covid (viii)	Saldos em 31/12/2020	em consti-tuição	em amorti-zação	Conta Covid	
Ativos financeiros setoriais											
Itens da Parcela A (i)	24.198	39.078	(3.205)	(15.148)	781	(27.393)	18.311	19.223	3.444	(5.749)	1.393
Aquisição de energia	18.236	27.650	(3.205)	(9.922)	486	(19.103)	14.142	14.619	2.708	(4.092)	907
Proinfra	271	84	-	(271)	11	(55)	40	61	-	(34)	13
Transporte rede básica	1.120	2.082	-	(528)	51	(1.958)	767	1.650	3	(887)	1
Transporte itaipu	232	377	-	(178)	11	(315)	127	194	39	(115)	9
ESS	1.281	2.669	-	(1.172)	18	(669)	2.127	2.227	50	(346)	196
CDE	3.058	6.216	-	(3.077)	204	(5.293)	1.108	472	644	(275)	267
Componentes financeiros	10.741	8.018	-	(8.563)	220	(1.522)	8.894	1.863	7.221	(190)	-
Neutralidade da Parcela A (ii)	907	4.987	-	(1.585)	156	(1.332)	3.133	111	3.022	-	-
Sobrecontratação de energia (iii)	6.044	3.031	-	(5.781)	10	(190)	3.114	1.752	1.552	(190)	-
Outros itens financeiros (vi)	3.790	-	-	(1.197)	54	-	2.647	-	2.647	-	-
Total dos ativos financeiros setoriais	34.939	47.096	(3.205)	(23.711)	1.001	(28.915)	27.205	21.086	10.665	(5.939)	1.393
Passivos financeiros setoriais											
Itens da Parcela A (i)	12.637	6.526	-	(9.382)	211	(9.289)	703	336	491	(390)	266
Aquisição de energia	4.675	837	-	(3.618)	13	(1.457)	450	217	364	(240)	109
Proinfra	54	273	-	(13)	4	(297)	21	-	19	(4)	6
Transporte rede básica	283	214	-	(283)	(25)	(125)	64	-	33	(26)	57
Transporte itaipu	87	3	-	(84)	-	(4)	2	-	-	(1)	3
ESS	6.450	5.168	-	(5.215)	259	(6.521)	141	119	75	(99)	46
CDE	1.088	31	-	(169)	(40)	(885)	25	-	-	(20)	45
Componentes financeiros	14.812	7.176	-	(12.284)	68	2.280	12.052	5.116	4.560	2.376	-
Neutralidade da Parcela A (ii)	9.607	2.899	-	(8.565)	62	(5)	3.998	3.010	988	-	-
Sobrecontratação de energia (iii)	2.717	2.245	-	(2.030)	19	-	2.951	372	2.579	-	-
Ultrapassagem de demanda (iv)	725	375	-	(314)	(1)	-	785	517	268	-	-
Excedente de reativos (iv)	1.763	903	-	(802)	(29)	-	1.835	1.217	618	-	-
Outros itens financeiros (vi)	-	754	-	(573)	17	2.285	2.483	-	107	2.376	-
Total dos passivos financeiros setoriais	27.449	13.702	-	(21.666)	279	(7.009)	12.755	5.452	5.051	1.986	266
Total dos ativos financeiros setoriais, líquidos	7.490	33.394	(3.205)	(2.045)	722	(21.906)	14.450	15.634	5.614	(7.925)	1.127

(i) Itens da parcela A: a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na variação taxa Selic.

(ii) Neutralidade da Parcela A: refere-se às variações apuradas por meio da diferença entre os valores efetivamente faturados e os valores previstos no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na neutralidade da Parcela A são atualizados monetariamente com base na variação da taxa Selic.

(iii) Sobrecontratação/exposição involuntária de energia: a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado a 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

(iv) Devoluções tarifárias: referem-se às receitas auferidas com Ultrapassagem de Demanda ("UD") e Excedente de Reativos ("ER"), disciplinadas pelo Submódulo 2.1A - Procedimentos Gerais, do PRORET, versão 2.0, aprovado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 874, de 10 de março de 2020. De acordo com esse Submódulo, os valores de UD e ER faturados pela Companhia a partir do último dia do mês de sua publicação, atualizados pelo IPCA, passaram a ser considerados como redutores da Parcela B nos processos tarifários subsequentes. Os valores faturados anteriormente, constituídos entre a data base do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória ("BRR") do 4º ciclo de revisão tarifária e o último dia do mês de publicação do referido Submódulo, permanecerão registrados em passivos financeiros setoriais, atualizados pela taxa Selic, e somente serão considerados como redutores da Parcela B quando da próxima revisão tarifária da Companhia, a ocorrer em 2021.

(v) Saldo a compensar: conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado,

levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros Selic verificada.

(vi) Outros itens financeiros: considera-se os demais itens financeiros de características não recorrentes e específicos das distribuidoras.

(vii) Bandeiras tarifárias: refere-se ao montante reconhecido de bandeiras tarifárias conforme Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013 (Nota Explicativa nº 4.2.2). O saldo dos ativos financeiros setoriais se encontra líquido dos efeitos das bandeiras tarifárias.

(viii) Conta Covid: com o objetivo de minimizar os impactos tarifários aos consumidores de energia elétrica e proporcionar liquidez para as distribuidoras, a Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020 aprovou a regulamentação da Conta Covid, instituída pelo Decreto nº 10.350/2020. A Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da Conta Covid, no valor total de R\$ 21,9 milhões, que foram integralmente recebidos ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Nota Explicativa nº 4.1f).

11 Reembolsos do fundo da CDE

Refere-se ao saldo a receber decorrente da diferença entre o valor dos subsídios incidentes nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição concedido para consumidores: (i) livres (carga fonte incentivada); (ii) de geração (geração fonte incentivada); (iii) de serviço público de água, esgoto e saneamento; (iv) rurais; (v) irrigantes; e (vi) residenciais classificados como de baixa renda, e o valor efetivamente recebido por meio de repasses do fundo da CDE. Os valores reconhecidos são compensados e/ou ajustados no processo tarifário subsequente da Companhia. A ANEEL homologou os valores a serem repassados à Companhia, por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

Resolução homologatória	Competências	Valor mensal
ANEEL nº 2.591/19	Ago/19 a Jul/20	5.244
ANEEL nº 2.766/20	Set/20 a Ago/21	3.208

Esses subsídios foram retirados da estrutura tarifária a partir de 24 de janeiro de 2013, e, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438/2002, com redação dada pela Medida Provisória nº 605/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891/2013, passaram a ser pagos pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, através da CCEE, gestora do fundo. A composição do saldo dos descontos tarifários é demonstrada como segue:

Continuação

»»»» Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição	2020	2019
Subsídio Baixa Renda	456	337
Subsídio Carga Fonte Incentivada	1.910	1.231
Subsídio Geração Fonte Incentivada	93	38
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	94	110
Subsídio Rural	600	4.733
Subsídio Irrigante/Aquicultor	2.198	14.856
Total	5.351	21.305

12 Outros ativos circulantes e não circulantes

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		2020	2019	2020	2019
Crédito com empregados		97	178	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	(a)	199	131	-	-
Arrecadação da CIP	(a)	45	15	-	-
Convênios de arrecadação	(a)	108	135	-	-
Depósitos para reinvestimento	(b)	-	-	472	716
Outros		38	82	-	-
Total		487	541	472	716

(a) Refere-se à remuneração da Companhia: (i) pelo compartilhamento de sua infraestrutura; e (ii) pela prestação de serviços a terceiros de arrecadação de valores nas contas de energia elétrica para posterior repasse. As receitas são registradas pelo regime de competência em contrapartida à rubrica "Receita operacional líquida", no resultado do exercício, e revertidas para a modicidade tarifária nos processos de revisão ou reajustes tarifários como redutores da Parcela B.

(b) Refere-se ao incentivo fiscal que beneficia a Companhia que possui empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, com o reinvestimento de 30% do IRPJ devido, calculado com base no lucro da exploração, em projetos de modernização ou complementação de equipamentos. Os depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ (Redução por Reinvestimento) são realizados no Banco do Nordeste do Brasil S.A., acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios (contrapartida), no mesmo prazo fixado para o pagamento do imposto que originou a opção pelo incentivo. A atualização monetária dos valores depositados é reconhecida em contrapartida à rubrica "Outros passivos não circulantes" (Nota Explicativa nº 21), e somente é revertida para o resultado do exercício quando da liberação dos recursos, que é condicionada à aprovação, pela Sudene, dos projetos encaminhados pela Companhia.

13 Concessão do serviço público

13.1 Ativo financeiro indenizável

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição ("VNR"), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória ("BRR") ao final do prazo contratual da concessão. Tal valor representa um crédito a receber do Poder Concedente, relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, e está classificado no ativo não circulante da Companhia como ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 4º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a movimentação dos saldos do ativo financeiro indenizável da concessão está assim apresentada:

Movimentação	Ref.	R\$mil
Saldo em 01 de janeiro de 2019		4.828
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(a)	170
Adições por transferências do intangível		410
Saldo em 31 de dezembro de 2019		5.408
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(a)	250
Adições por transferências do intangível		723
Saldo em 31 de dezembro de 2020		6.381

(a) Refere-se à atualização, a título de avaliação a valor justo, do ativo financeiro indenizável em contrapartida à rubrica "Receita operacional líquida" (Nota Explicativa nº 23).

O valor reconhecido do ativo financeiro, as alterações no valor justo e taxas efetivas de juros, são revisados mensalmente, com base na variação do IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos na Companhia.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa, não havendo, portanto, obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

A concessão da Companhia tem prazo de vigência até 7 de julho de 2045. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses previstas, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

13.2 Ativo contratual

Como consequência da adoção do CPC47/IFRS15 a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a considerar seus investimentos em expansão e melhorias da infraestrutura como ativo contratual, durante o período de construção, até a efetiva entrada em operação, quando são bifurcados em ativo financeiro e intangível. Esse ativo contratual se refere ao direito da Companhia de receber caixa dos usuários ou do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como "Ativo financeiro indenizável" ou "Intangível", de acordo com a forma de remuneração. A composição dos saldos está assim apresentada:

Ativo contratual - Infraestrutura da concessão	2020	2019
Em construção	10.349	10.959
(-) Obrigações especiais	(787)	(610)
Total	9.562	10.349

A movimentação do ativo contratual é demonstrada a seguir:

Ativo contratual - Infraestrutura da concessão	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Transf. para intangível	Valor líquido em 31/12/2020
Em construção	10.959	13.437	(14.047)	10.349
(-) Obrigações especiais	(610)	(3.415)	3.238	(787)
Total	10.349	10.022	(10.809)	9.562

Ativo contratual - Infraestrutura da concessão	Valor líquido em 01/01/2019	Ingressos	Transf. para intangível	Valor líquido em 31/12/2019
Em construção	6.341	17.848	(13.230)	10.959
(-) Obrigações especiais	(204)	(4.470)	4.064	(610)
Total	6.137	13.378	(9.166)	10.349

14 Intangível

O intangível se refere à parcela da infraestrutura utilizada na concessão de distribuição de energia elétrica a ser recuperada via tarifa durante o prazo do contrato, e está assim representado:

	2020		2019	
Direito de uso da concessão	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço	4,14%	294.577	(120.412)	174.165
(-) Obrigações especiais		(74.935)	26.881	(48.054)
Total		219.642	(93.531)	124.907

	2019		2018	
Direito de uso da concessão	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço	4,15%	283.526	(111.083)	172.443
(-) Obrigações especiais		(71.734)	24.198	(47.536)
Total		211.792	(86.885)	124.765

De acordo com o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

As mutações do intangível são apresentadas a seguir:

»»»» Continuação

»»» Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



MAIS ENERGIA
PARA SUA VIDA

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Direito de uso da concessão	Valor líquido em 31/12/2019	Transf. de ativo contratual	Transf. para ativo financeiro indenizável	Amortizações (a)	Baixas	Valor líquido em 31/12/2020
Em serviço	172.443	14.047	(723)	(10.766)	(835)	174.166
(-) Obrigações especiais	(47.536)	(3.238)	-	2.683	36	(48.055)
Total	124.907	10.809	(723)	(8.083)	(799)	126.111

Direito de uso da concessão	Valor líquido em 31/12/2018	Transf. de ativo contratual	Transf. para ativo financeiro indenizável	Amortizações (a)	Baixas	Valor líquido em 31/12/2019
Em serviço	170.815	13.230	(410)	(10.325)	(867)	172.443
(-) Obrigações especiais	(46.050)	(4.064)	-	2.542	36	(47.536)
Total	124.765	9.166	(410)	(7.783)	(831)	124.907

(a) No exercício, a Companhia registrou créditos de PIS/COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$ 614, sendo R\$ 582 em 2019 (Nota Explicativa nº 24.4).

Os investimentos na infraestrutura da concessão são inicialmente registrados no ativo contratual, durante o período da construção. Quando finalizados, os investimentos são bifurcados e parte do valor é registrada no intangível em serviço, referente ao valor que será amortizado durante o prazo de concessão. A outra parte é transferida para o ativo financeiro da concessão e será recebida como indenização ao final da concessão.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão. A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Os saldos do intangível estão reduzidos pelas Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais) e pela Reserva para Reversão. As Obrigações Especiais e a Reserva para Reversão representam um passivo financeiro, constituído por valores e/ ou bens recebidos de Municípios, Estado, União e de consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a Companhia.

A Reserva para Reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o

montante de recursos provenientes do Fundo de Reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia. O principal e os juros (5% a.a.) são pagos em parcelas mensais.

15 Fornecedores

Composição	2020	2019
Suprimento de energia elétrica	13.965	13.753
Encargos de uso da Rede Básica	4.071	2.826
Materiais e serviços	631	750
Total	18.667	17.329

16 Empréstimos e financiamentos

16.1 Composição

Operação	2020	2019
Moeda nacional	3.447	5.899
Moeda estrangeira	-	10.238
Total	3.447	16.137

	2020	2019
Circulante	1.397	12.690
Não circulante	2.050	3.447

16.2 Principais condições contratuais

Operação	Vencimento	Características da operação		Custo da dívida		Circulante	Não circulante	Total
		Periodicidade de amortização	Garantias reais	Indexador	Taxa de juros a.a.			
Moeda nacional						1.397	2.050	3.447
Eletróbrás - LPT - ECFS 256/2008	30/06/2021	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	275	-	275
Eletróbrás - LPT - ECFS 296/2010	30/07/2022	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	101	59	160
Banco do Brasil S.A. - 40/00513-5	15/01/2021	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	5,50%	20	-	20
Banco do Brasil S.A. - 40/00805-3	15/11/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	212	194	406
Banco do Brasil S.A. - 40/00855-X	15/12/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	13	13	26
Banco do Brasil S.A. - 40/00857-6	15/12/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	24	24	48
Banco do Brasil S.A. - 40/00873-8	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%	70	76	146
Banco do Brasil S.A. - 40/00877-0	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%	6	6	12
Banco do Brasil S.A. - 40/00979-3	12/11/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	15	29	44
Banco do Brasil S.A. - 40/00980-7	15/10/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	191	350	541
Banco do Brasil S.A. - 40/00991-2	15/09/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	37	64	101
Banco do Brasil S.A. - 40/01099-6	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	28	68	96
Banco do Brasil S.A. - 40/01100-3	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	10	25	35
Banco do Brasil S.A. - 40/01107-0	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	26	67	93
Banco do Brasil S.A. - 40/01108-9	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	19	50	69
Banco do Brasil S.A. - 40/01162-3	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	29	85	114
Banco do Brasil S.A. - 40/01163-1	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	17	49	66
Banco do Brasil S.A. - 40/01164-X	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	4	13	17
Banco do Brasil S.A. - 40/01165-8	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	6	17	23
Banco do Brasil S.A. - 40/01168-2	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	23	67	90
Banco do Brasil S.A. - 40/01169-0	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	266	777	1.043
Banco do Brasil S.A. - 40/01196-8	15/01/2025	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	5	17	22
Total						1.397	2.050	3.447

16.3 Mutações dos empréstimos e financiamentos

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	17.157	5.899	23.056
Ingressos	10.000	-	10.000
Encargos	1.740	-	1.740
Amortizações (principal e encargos)	(18.659)	-	(18.659)
Transferências	2.452	(2.452)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.690	3.447	16.137
Encargos	476	-	476
Amortizações (principal e encargos)	(13.166)	-	(13.166)
Transferências	1.397	(1.397)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.397	2.050	3.447

»»» Continuação

Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.4 Vencimentos das parcelas do não circulante

Composição	2022	2023	2024 e após	Total
Parcelas do não circulante	1.043	640	367	2.050

17 Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	Circulante	
	2020	2019
Salários a pagar	672	618
Previdência privada	146	134
Provisão para férias	2.728	2.124
Tributos retidos na fonte	318	287
Consignações em favor de terceiros	71	70
Participações estatutárias	4.215	4.466
Outros	-	77
Total	8.150	7.776

18 Tributos

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		2020	2019	2020	2019
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	(a)	309	372	3.018	3.058
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	232	82	1.087	1.101
Programa de integração social - PIS		317	187	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS		1.469	868	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS		6.957	5.581	-	-
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN		19	15	-	-
Instituto nacional de seguridade social - INSS		500	458	-	-
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS		179	163	-	-
Impostos e contribuições retidos na fonte		251	268	-	-
Programa especial de regularização tributária - PERT	(b)	832	713	6.578	6.329
Total		11.065	8.707	10.683	10.488

(a) O saldo não circulante de IRPJ e CSLL se refere ao diferimento dos tributos apurados sobre as receitas relativas aos ganhos decorrentes da avaliação do ativo financeiro indenizável da concessão com base no valor justo e suas atualizações, bem como sobre a parcela transferida do ativo financeiro indenizável para o intangível quando da renovação do contrato de concessão da Companhia, ocorrida em 2015, que prorrogou o prazo por mais 30 anos, com vigência até 7 de julho de 2045 (Nota Explicativa nº 18.1).

(b) O saldo circulante e não circulante se refere ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, convertida na Lei nº 13.496/2017, e regulamentado pela Instrução Normativa nº 1.711/2017. Foram incluídos no programa os débitos oriundos da reapuração dos impostos federais decorrentes da mudança de critério para a tributação dos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como os débitos relativos aos encargos sobre as participações estatutárias. A consolidação da dívida ocorreu no mês de agosto de 2018 para os débitos previdenciários e dezembro de 2018 para os demais débitos (tributos federais). Os créditos decorrentes da reapuração desses tributos foram utilizados na consolidação para o abatimento do saldo total da dívida. As parcelas remanescentes são atualizadas mensalmente pela taxa Selic, acrescidas de 1%.

18.1 Impostos diferidos

As diferenças temporárias são apresentadas como segue:

Passivo	2020	2019
Diferenças temporárias		
Imposto de renda	3.018	3.058
Contribuição social	1.087	1.101
Total líquido - passivo não circulante	4.105	4.159

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

Passivo	2020		2019	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Valor justo do ativo financeiro indenizável	12.073	4.105	12.233	4.159
Total	12.073	4.105	12.233	4.159

18.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

Composição	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2020	2019	2020	2019
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Lucro antes dos impostos	29.358	49.985	29.358	49.985
Juros sobre o capital próprio	(7.129)	(7.833)	(7.129)	(7.833)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	22.229	42.152	22.229	42.152
Alíquota do IRPJ e CSLL	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	3.334	6.323	2.001	3.794
Base de cálculo do adicional do IRPJ	21.989	41.912		
Alíquota do adicional do IRPJ	10%	10%		
Adicional do IRPJ à alíquota da legislação	2.199	4.191		
Alíquota do IRPJ e adicional do IRPJ e CSLL	25%	25%	9%	9%
Total do IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	5.533	10.514	2.001	3.794
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(+) Adições				
Doações e contribuições	50	11	18	4
Multas indedutíveis	51	92	-	-
Provisões	94	619	34	223
Outras adições	80	75	29	27
	275	797	81	254
(-) Exclusões				
Incentivo fiscal SUDENE	(2.177)	(4.727)	-	-
Incentivo fiscal PAT	(22)	(22)	-	-
Doações dedutíveis	(10)	(10)	-	-
Outras exclusões	(67)	(76)	(123)	(266)
	(2.276)	(4.835)	(123)	(266)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	3.532	6.476	1.959	3.782
IRPJ e CSLL correntes	3.470	6.433	1.936	3.767
IRPJ e CSLL diferidos	62	43	23	15
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	15,89%	15,36%	8,81%	8,97%

19 Encargos setoriais

Composição	Ref.	2020	2019
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	(a)	1.608	1.218
Programa de Eficiência Energética - PEE	(a)	2.542	1.811
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(b)	29	30
Outros - CCRBT	(c)	2.299	2.091
Total		6.478	5.150

(a) As distribuidoras de energia elétrica devem destinar 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% sobre a receita da Companhia é destinado aos Programas de Eficiência Energética ("PEE"), Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ("FNDCT") e ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). A partir de 03 de maio de 2016, por meio da lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao PEE será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica ("PROCEL"). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, 11.465 e 13.280, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais. Adicionalmente, por meio da MP 998/2020, convertida na Lei nº 14.120/2021, foi inserido o art. 5º-B na Lei nº 9.991/2000, estabelecendo que os recursos financeiros de P&D e PEE, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados, deverão ser destinados à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE em favor da modicidade tarifária entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, observado o limite mínimo de 70% do valor total disponível, conforme regulamentação da ANEEL.

(b) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE: foi criada pela Lei nº 9.427/1996, alterada pela Lei nº 12.783/2013, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410/1997, com o objetivo de custear o funcionamento da ANEEL no exercício das suas atividades de fiscalização e regulação econômica. Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

(c) Valor estimado de repasse referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Continuação

Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Consumidores

Refere-se à obrigação de repassar aos consumidores os valores recolhidos anteriormente com base na sentença que transitou em julgado com decisão favorável em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A movimentação dos valores ao longo do exercício de 2020 está demonstrada a seguir:

Movimentação	Ref.	2020	2019
Saldos iniciais		48.869	-
Reconhecimento inicial		-	52.630
Valores disponibilizados no período	(a)	(11.239)	(6.320)
Valores não realizados no período	(b)	2.052	1.599
Despesas processuais / Honorários advocatícios	(c)	(847)	(490)
Atualizações no período	(d)	856	1.450
Saldos finais		39.691	48.869
Circulante		16.312	16.287
Não circulante		23.379	32.582

- (a) Representa o valor total líquido disponibilizado aos consumidores no período.
 (b) O montante de R\$ 2.052 (R\$ 1.599 em 2019) representa a parcela do valor total líquido disponibilizado aos consumidores não realizada no período. Do montante não realizado no período, R\$ 998 (R\$ 1.064 em 2019) corresponde a créditos lançados em contas de energia elétrica vencidas ou a vencer, e R\$ 1.054 (R\$ 535 em 2019) se refere a créditos disponibilizados a clientes atualmente inativos ou inadimplentes com a Companhia.
 (c) Refere-se ao reembolso das despesas processuais e honorários advocatícios com consultores jurídicos, à razão de 7% sobre os valores recuperados. Os honorários são pagos mensalmente, à medida em que os créditos são compensados junto à Receita Federal do Brasil.
 (d) Refere-se à atualização monetária dos valores a repassar no período, calculada mensalmente com base na taxa Selic.

21 Outros passivos circulantes e não circulantes

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		2020	2019	2020	2019
Valores a repassar	(a)	1.415	1.297	-	-
Prêmios de seguros		97	75	-	-
Outros passivos	(b)	273	146	30	38
Total		1.785	1.518	30	38

- (a) Refere-se aos valores a repassar a terceiros decorrentes dos serviços prestados pela Companhia de arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública - CIP e de outros valores.
 (b) O saldo não circulante se refere à atualização monetária dos depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ realizados junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Nota Explicativa nº 12b).

22 Patrimônio Líquido

22.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia era de R\$ 120.000 (R\$ 112.499 em 2019), composto por 4.961.620 ações, sem valor nominal, sendo 3.296.207 ações ordinárias (66,43%) e 1.665.413 ações preferenciais (33,57%), assim representadas:

Espécie / Classe	Quantidade	2020		2019	
		R\$ mil	Quantidade	R\$ mil	Quantidade
Ordinárias	3.296.207	79.721	3.296.207	74.738	
Preferenciais	1.665.413	40.279	1.665.413	37.761	
Total	4.961.620	120.000	4.961.620	112.499	
Valor patrimonial por ação (R\$)		32,69		30,92	

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas conferem a seus titulares os seguintes direitos: (i) dividendo mínimo de 8% (oito por cento) sobre o valor nominal e nunca inferior ao que for distribuído às ações ordinárias; (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade; e (iii) comparecimento às Assembleias Gerais e participação nas discussões.

22.2 Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi baseado no lucro líquido do exercício e no número de ações ordinárias e preferenciais que compõem o capital social da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Composição	2020	2019
Lucro líquido do exercício	21.112	35.261
Número de ações em poder dos acionistas	4.962	4.962
Lucro por ação (R\$)	4,25	7,11

22.3 Reservas de lucro

As reservas de lucro da Companhia possuem a seguinte composição:

Reservas de lucro	Ref.	2020	2019
Reserva legal	(a)	5.971	5.033
Reserva de incentivos fiscais	(b)	2.356	4.906
Reserva de lucros a realizar	(c)	7.968	8.074
Reserva de retenção de lucros	(d)	25.888	22.891
Total		42.183	40.904

(a) Reserva legal: constituída com 5% do lucro líquido do exercício, deduzido das reservas de incentivo fiscal e lucros a realizar constituídas no período. A reserva legal está limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia constituiu o valor de R\$ 938 (R\$ 1.521 em 2019).

(b) Reserva de incentivos fiscais: corresponde ao direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativos aos municípios das regiões norte e noroeste do Estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE. Inclui, ainda, o incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração. O saldo desta reserva somente poderá ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos. No exercício de 2020, R\$ 4.459 do saldo constituído foram destinados a aumento de capital (R\$ 5.525 em 2019) e R\$ 268 foram revertidos conforme Portaria nº 3.114, de 23 de dezembro de 2019. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia constituiu o valor de R\$ 2.177 (R\$ 4.727 em 2019).

(c) Reserva de lucros a realizar: é formada pelas receitas relativas aos ganhos decorrentes da avaliação do ativo financeiro indenizável da concessão com base no valor justo e suas atualizações, de acordo com a metodologia de valor novo de reposição ("VNR"), bem como sobre a parcela transferida do ativo financeiro indenizável ao intangível em função da renovação do prazo da concessão da Companhia, ocorrida em 2015, cuja vigência foi prorrogada até 7 de julho de 2045. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia constituiu o valor de R\$ 164 (R\$ 113 em 2019). A reserva é apresentada líquida do montante dos encargos incidentes sobre ela, conforme demonstrado a seguir:

Reserva de lucros a realizar	2020	2019
Valor justo do ativo financeiro indenizável - Diferença de VNR	2.034	1.784
Intangível - Diferença de VNR	10.039	10.449
Reserva de lucros a realizar bruta	12.073	12.233
Encargos incidentes sobre a reserva de lucros a realizar (*)	(4.105)	(4.159)
Reserva de lucros a realizar líquida	7.968	8.074

(*) IRPJ e CSLL (34%) diferidos (Nota Explicativa nº 18.1).

(d) Reserva de retenção de lucros: constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias. Em 2020, do lucro líquido do exercício, R\$ 4.805 foram destinados para a reserva de retenção de lucros (R\$ 12.794 em 2019).

22.4 Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio

Com base no resultado do exercício e no Estatuto Social da Companhia, a Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

Composição	2020	2019
Lucro líquido do exercício	21.112	35.261
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(2.177)	(4.727)
Constituição de reserva de lucros a realizar	(164)	(113)
Constituição de reserva legal	(938)	(1.521)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(7.129)	(7.833)
Base de cálculo dos dividendos	10.704	21.067
Ações ordinárias (25% sobre a base de cálculo dos dividendos)	2.676	5.267
Ações preferenciais (8% sobre o valor nominal)	3.223	3.006
Total dos dividendos propostos	5.899	8.273
Reversão dos juros sobre o capital próprio	7.129	7.833
Total dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	13.028	16.106

Os dividendos deverão ser pagos no prazo de 60 (sessenta) dias contados da deliberação da Assembleia Geral, que poderá, diante de excepcionalidades, casos fortuitos, força maior e outros eventos imprevisíveis plenamente justificados, ultrapassar o referido período. O valor por ação dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio é demonstrado a seguir:

Provento	Valor proposto	R\$ / Ação	
		ON	PN
2020			
Dividendos propostos	5.899	0,81	1,93
Juros sobre o capital próprio	7.129	1,43	1,43
2019			
Dividendos propostos	8.273	1,60	1,81
Juros sobre o capital próprio	7.833	1,58	1,58

A movimentação e respectivos saldos correspondentes aos dividendos declarados e juros sobre o capital próprio no exercício de 2020 é apresentada a seguir:

Movimentação	Dividendos propostos	JCP	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.273	6.659	14.932
(+) Crédito de JCP	-	7.129	22.061
(-) IR Fonte s/ crédito de JCP (15%)	-	(1.069)	20.992
(-) Pagamento de JCP	-	(6.659)	14.333
(+) Crédito de dividendos complementares	686	-	15.019
(-) Pagamento de dividendos	(8.959)	-	6.060
(+) Crédito de dividendos propostos	5.899	-	11.959
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.899	6.060	11.959

Continuação

»»»» Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



MAIS ENERGIA
PARA SUA VIDA

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 Receita operacional líquida

	Número de consumidores		MWh		R\$mil	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receita operacional						
Fornecimento de energia elétrica						
Fornecimento faturado						
Residencial	71.828	70.353	148.020	144.840	53.687	66.475
Industrial	1.429	1.281	40.519	54.273	15.560	25.233
Comercial, serviços e outros	9.385	9.198	78.015	87.902	29.363	40.878
Rural	32.611	32.264	160.008	193.236	29.823	40.435
Poder público	999	971	12.706	16.584	4.365	6.845
Iluminação pública	24	21	18.586	19.761	4.046	5.267
Serviço público	177	169	12.676	12.504	4.695	5.355
Consumo próprio	30	31	630	725	-	-
Total do fornecimento faturado	116.483	114.288	471.160	529.825	141.539	190.488
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	411	(308)
Total do fornecimento de energia elétrica	116.483	114.288	471.160	529.825	141.950	190.180
Disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD						
TUSD faturada - Consumidores cativos						
Residencial	-	-	-	-	54.715	55.584
Industrial	-	-	-	-	12.984	17.137
Comercial, serviços e outros	-	-	-	-	28.405	32.400
Rural	-	-	-	-	33.032	36.457
Poder público	-	-	-	-	4.711	6.103
Iluminação pública	-	-	-	-	3.993	4.363
Serviço público	-	-	-	-	3.928	3.843
TUSD faturada - Consumidores livres	38	16	62.921	46.351	13.424	9.763
TUSD faturada - Agentes de geração	3	2	-	-	102	49
Total da TUSD faturada	41	18	62.921	46.351	155.294	165.699
TUSD não faturada	-	-	-	-	1.339	267
Total da disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD	41	18	62.921	46.351	156.633	165.966
Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo - CCEE (a)	-	-	-	-	2.609	13.190
Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota Explicativa nº 10)	-	-	-	-	28.144	(17.504)
Serviços cobráveis	-	-	-	-	343	433
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (b)	-	-	-	-	42.779	67.615
Receita de construção (c)	-	-	-	-	14.047	13.230
Compartilhamento de infraestrutura	-	-	-	-	1.734	2.808
Arrecadação de convênios	-	-	-	-	806	726
Valor justo do ativo financeiro indenizável (Nota Explicativa nº 13.1)	-	-	-	-	250	170
Ganhos na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	189	277
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	47	318
Total das outras receitas operacionais	-	-	-	-	90.948	81.263
Receita operacional bruta	116.524	114.306	534.081	576.176	389.531	437.409
(-) Deduções à receita operacional						
Tributos sobre a receita						
PIS	-	-	-	-	(5.230)	(6.405)
COFINS	-	-	-	-	(24.090)	(29.500)
ICMS	-	-	-	-	(63.864)	(76.300)
ISSQN	-	-	-	-	(69)	(98)
Total dos tributos sobre a receita	-	-	-	-	(93.253)	(112.303)
Encargos do consumidor						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	(1.227)	(1.361)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	(1.227)	(1.361)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	(30.641)	(31.649)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	-	-	(358)	(332)
Outros encargos do consumidor	-	-	-	-	(571)	(1.106)
Total dos encargos do consumidor	-	-	-	-	(34.024)	(35.809)
Outras deduções						
Penalidades DIF/FIC e outras	-	-	-	-	(201)	(363)
Total de outras deduções	-	-	-	-	(201)	(363)
Total das deduções à receita operacional	-	-	-	-	(127.478)	(148.475)
Receita operacional líquida	116.524	114.306	534.081	576.176	262.053	288.934

(a) Refere-se aos montantes de receitas auferidas pelas concessionárias que tiveram excedente de energia comercializados no âmbito da CCEE. Os resultados destas operações foram informados pela CCEE e referendados pela Companhia.

(b) Refere-se aos descontos (subsídios) nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição concedidos para consumidores: (i) livres (carga fonte incentivada); (ii) de geração (geração fonte incentivada); (iii) de serviço público de água, esgoto e saneamento; (iv) rurais; (v) irrigantes; e (vi) residenciais classificados como de baixa renda.

(c) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

»»»» Continuação

»»» Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24 Custos dos serviços e despesas operacionais

Os custos dos serviços e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza de gastos	Ref.	Custos dos serviços				Despesas operacionais	2020	2019
		Com energia elétrica	De Prestados a operação	Terceiros	Total			
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	131.080	-	-	131.080	-	131.080	145.582
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	24.1	34.613	-	-	34.613	-	34.613	28.517
Pessoal e administradores	24.2	-	18.601	-	18.601	10.794	29.395	26.342
Materiais	-	-	2.437	-	2.437	609	3.046	3.080
Serviços de terceiros	24.3	-	7.923	-	7.923	2.371	10.294	10.277
Amortização	24.4	-	7.010	-	7.010	459	7.469	7.201
Seguros	-	-	380	-	380	-	380	476
Arrendamento e alugueis	-	-	786	-	786	578	1.364	1.297
Provisões	-	-	378	-	378	-	378	2.476
Tributos	-	-	222	-	222	60	282	383
Custo de construção	-	-	-	14.047	14.047	-	14.047	13.230
Outros gastos	24.5	-	641	-	641	4.143	4.784	5.025
Total		165.693	38.378	14.047	218.118	19.014	237.132	243.886

24.1 Custo com energia elétrica

Composição	2020		2019	
	MWh	R\$mil	MWh	R\$mil
Energia elétrica comprada para revenda	559.223	131.080	660.749	145.582
Suprimento de Energia Elétrica	559.223	142.931	660.749	161.667
Energia Bilateral	151.709	35.933	365.614	85.826
Energia de Leilão	188.267	38.198	128.171	25.665
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - Proinfa	12.305	4.169	11.436	4.497
Energia de curto prazo - CCEE	-	17.392	-	14.626
Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit - MCSD	1.736	320	17.974	5.025
Cotas de Angra I/Angra II - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 530/2012	17.851	4.958	13.311	3.371
Cotas de Garantia Física - Lei nº 12.783/2013	94.945	10.438	58.139	5.961
Energia de Itaipu - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 770/2017	92.410	31.523	66.104	16.696
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	(11.851)	-	(16.085)
PIS	-	(2.114)	-	(2.869)
COFINS	-	(9.737)	-	(13.216)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	34.613	-	28.517
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	38.068	-	31.303
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	31.766	-	26.806
Transporte Itaipu	-	2.701	-	1.686
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	-	984	-	1.510
Encargo de Energia de Reserva - EER	-	2.617	-	1.301
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	(3.455)	-	(2.786)
PIS	-	(617)	-	(497)
COFINS	-	(2.838)	-	(2.289)
Total	559.223	165.693	660.749	174.099

24.2 Pessoal e Administradores

Composição	2020		2019	
	R\$mil	R\$mil	R\$mil	R\$mil
Pessoal	25.380	22.539		
Remuneração	16.071	13.571		
INSS	4.519	4.179		
FGTS	1.248	1.178		
Previdência privada	633	576		
Despesas rescisórias	108	191		
Outros benefícios	2.801	2.844		
Administradores (Diretoria e Conselho)	4.015	3.803		
Honorários	3.022	2.851		
INSS	604	570		
FGTS	183	176		
Previdência privada	206	206		
Total	29.395	26.342		

24.3 Serviços de terceiros

Composição	2020		2019	
	R\$mil	R\$mil	R\$mil	R\$mil
Consultoria	1.180	1.210		
Auditoria	79	78		
Assessoria jurídica	397	357		
Comercial	157	385		
Manutenção	1.427	990		
Vigilância	197	195		
Informática	706	602		
Leitura de medidores e outros	4.707	5.028		
Limpeza de faixas de servidão	1.433	1.414		
Outros	11	18		
Total	10.294	10.277		

24.4. Amortização

Composição - Amortização	2020	2019
Quota de amortização no exercício	8.083	7.783
(-) Créditos de tributos recuperáveis - PIS	(110)	(103)
(-) Créditos de tributos recuperáveis - COFINS	(504)	(479)
Total	7.469	7.201

24.5. Outros gastos

Composição	2020	2019
Perdas na alienação e desativação de bens e direitos	640	579
Indenização por perdas e danos	42	141
Consumo próprio de energia elétrica	362	459
Taxa de arrecadação	1.760	1.673
Telefonia, internet e intranet	531	742
Propaganda e publicidade	412	494
Mensalidades e anuidades	330	309
Anúncios e publicações	143	134
Outros gastos	564	494
Total	4.784	5.025

25 Resultado financeiro

Resultado financeiro	Receita	Despesa	2020	2019
Operações com ativos e passivos financeiros setoriais				
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	1.111	(389)	722	228
Operações com capitais de terceiros				
Derivativos - Swap	2.716	(246)	2.470	(531)
Encargos de dívidas - moeda nacional	-	(231)	(231)	(762)
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	-	(19)	(19)	(62)
Variação cambial	-	(2.696)	(2.696)	(257)
Encargos sobre operação de mútuo	-	-	-	(128)
Operações com compra de energia elétrica				
Variação cambial	670	(1.319)	(649)	(169)
Encargos de liquidação do MCP - CCEE	73	(253)	(180)	(290)
Outras operações				
Receita com aplicações financeiras	1.044	-	1.044	1.236
Multas e acréscimos moratórios s/ energia vendida	5.565	-	5.565	5.329
Multas e acréscimos moratórios s/ outras operações	-	(225)	(225)	(96)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	-	(76)	(76)	(124)
Atualização monetária dos descontos tarifários - CDE	495	(247)	248	696
Atualização monetária de parcelamentos de tributos	-	(1.158)	(1.158)	-
Outras operações	19	(11)	8	295
(-) Impostos incidentes sobre as receitas financeiras				
PIS	(54)	-	(54)	(60)
COFINS	(332)	-	(332)	(368)
Total	7.123	(1.717)	5.406	7.336
Resultado financeiro	11.307	(6.870)	4.437	4.937

Continuação»»»

Continuação



SANTA MARIA

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



75 ANOS
LUZ & FORÇA SANTA MARIA
MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26 Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

A Companhia figura como parte passiva em ações judiciais e processos administrativos que surgem no curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

• Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

Movimentação	Cíveis	Trabalhistas	2020	2019
Saldos iniciais	1.489	-	1.489	-
Constituições	100	15	115	739
Atualizações	58	-	58	750
Reversões	(537)	-	(537)	-
Pagamentos	(398)	-	(398)	-
Saldos finais	712	15	727	1.489

Circulante	300
Não circulante	427
	1.489

As ações se referem a questões de natureza indenizatória, envolvendo acidentes, danos materiais e danos morais, dentre outras, para as quais não há cobertura securitária. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada pelo Poder Judiciário.

• Risco de perda possível

As ações que envolvem risco de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, possuem a seguinte composição:

Composição	2020	Passivo 2019
Cíveis	2.013	1.775

Para essas ações, a Companhia possui cobertura securitária no valor de R\$ 1.493 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.452 em 2019).

26.1 Depósitos judiciais e cauções

Os depósitos judiciais registrados em 31 de dezembro de 2020 se referem a causas cíveis e trabalhistas, e somam R\$ 130 (R\$ 109 em 31 de dezembro de 2019).

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

(a) Considerações gerais

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

A utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de liquidez e de crédito.

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

Composição	Ref.	2020	2019
Endividamento bruto	(a)	3.447	16.137
Caixa e equivalentes de caixa		(45.514)	(32.230)
Endividamento (caixa) líquido		(42.067)	(16.093)
Patrimônio líquido	(b)	162.183	153.403
Índice de endividamento (caixa) líquido		(0,26)	(0,10)

(a) O endividamento bruto é definido como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (Nota Explicativa nº 16).

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa superava o endividamento bruto da Companhia.

(b) Gestão de risco de mercado

• Risco cambial

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que

possam acarretar em perdas para Companhia, como a valorização de moedas estrangeiras frente ao real.

Em 01 de abril de 2020, a operação de empréstimo denominada em EUR, protegida por instrumento financeiro derivativo de *swap*, foi liquidada e não houve inclusão de novos contratos até 31 de dezembro de 2020.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar, decorrente dos pagamentos de energia elétrica comprada de Itaipu. Entretanto, os efeitos financeiros dessa variação cambial são repassados ao consumidor via tarifa, por meio do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A.

• Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 42.817 (R\$ 29.383 em 31 de dezembro de 2019).

A seguir são apresentados os fluxos de caixa não descontados contratados:

Passivos financeiros	2021	2022	2023	2024
Não derivativos				
Fornecedores	18.667	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.397	1.043	640	367

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito se refere à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

• Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir esse risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação do setor, para minimizar o risco de inadimplência.

• Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia:

Composição	2020	2019
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	2.697	2.847
Contas a receber de clientes e outros	38.232	33.782
Ativos financeiros setoriais, líquidos	14.450	7.490
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras de curto prazo	42.817	29.383
Ativo financeiro indenizável	6.381	5.408

(e) Informações complementares sobre os instrumentos financeiros derivativos

O principal instrumento financeiro utilizado pela Companhia, com o objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, é o *swap*.

A Companhia contratou em 2018 operação de *swap* para converter para R\$ a dívida denominada em EUR. Nesse *swap*, a Companhia assumiu posição passiva em R\$ atrelado a taxa fixa e posição ativa em EUR atrelado a taxa fixa. Em 04 de abril de 2019, com a liquidação do empréstimo, também foi liquidado o respectivo *swap*. Adicionalmente, a Companhia contratou nova operação de empréstimo com o Itaú Unibanco S.A. em 01 de abril de 2019, além de novo instrumento financeiro derivativo de *swap* para a proteção desse passivo. Para esse contrato, as liquidações ocorreram semestralmente pelo prazo de um ano: a primeira realizada em 01 de outubro de 2019 e a segunda realizada em 01 de abril de 2020.

O quadro a seguir detalha as operações e as informações sobre esse tipo de instrumento financeiro, que inclui valor de referência (nocial), vencimento, valor justo e o efeito no resultado do exercício:

Continuação

»»» Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição					Nocional EUR	Nocional R\$	Valor justo	Efeito no resultado	
Swap	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	05/10/2018	05/10/2018	04/04/2019	2020	2019
Ativo	Itaú Unibanco S.A.	05/10/2018	04/04/2019	100% EURO PTAX Venda + 0,60% a.a.	1.125	5.000	4.878	-	(123)
Passivo				9,52% a.a.	-	-	(5.234)	-	(124)
					1.125	5.000	(356)	-	(247)
Swap	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	01/04/2019	01/04/2019	01/10/2019	2020	2019
Ativo	Itaú Unibanco S.A.	01/04/2019	01/10/2019	100% EURO PTAX Venda + 0,71% a.a.	2.247	10.000	10.245	-	245
Passivo				9,90% a.a.	-	-	(10.491)	-	(491)
					2.247	10.000	(246)	-	(246)
Swap	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	01/10/2019	01/10/2019	01/04/2020	2020	2019
Ativo	Itaú Unibanco S.A.	01/10/2019	01/04/2020	100% EURO PTAX Venda + 0,71% a.a.	2.247	10.000	12.915	2.716	199
Passivo				9,90% a.a.	-	-	(10.483)	(246)	(237)
					2.247	10.000	2.432	2.470	(38)
Efeito acumulado no resultado do exercício								2.470	(531)

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting* de valor justo, o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado.

(f) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam as posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário provável: foram projetados os rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do exercício.
- Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.
- Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável. A tabela a seguir demonstra o efeito decorrente da variação das taxas de juros que poderá ser reconhecido no resultado da Companhia no exercício seguinte caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	1,90%	42.817	814	(203)	(407)

28 Estimativa de valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

(i) Nível 1: preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia.

(ii) Nível 2: preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior.

(iii) Nível 3: ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Ref.	Nível	Valor contábil		Valor justo	
			2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)			104.577	78.910	104.577	78.910
Custo Amortizado			55.379	44.119	55.379	44.119
Caixa e depósitos bancários à vista		2	2.697	2.847	2.697	2.847
Contas a receber de clientes e outros		2	38.232	33.782	38.232	33.782
Ativos financeiros setoriais, líquidos		2	14.450	7.490	14.450	7.490
Valor justo por meio do resultado			49.198	34.791	49.198	34.791
Aplicações financeiras de curto prazo		2	42.817	29.383	42.817	29.383
Ativo financeiro indenizável	(a)	3	6.381	5.408	6.381	5.408
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)			22.114	33.466	22.114	33.466
Custo amortizado			22.114	33.466	22.114	33.466
Fornecedores		2	18.667	17.329	18.667	17.329
Empréstimos e financiamentos	(b)	2	3.447	16.137	3.447	16.137

(a) Em função de a Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como mensurado pelo valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrentes da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

(b) Para os empréstimos e financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

»»» Continuação



SANTA MARIA

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



75 ANOS
SANTA MARIA

MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29 Benefícios pós emprego

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida, os quais são mantidos pelo Bradesco (MultiBRA Fundo de Pensão), entidade fechada de previdência complementar.

Plano de Contribuição Definida é o plano de benefício pós emprego pelo qual a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo de pensão), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. De acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia contabiliza os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta, porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço.

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores somaram R\$ 839 em 2020 (R\$ 782 em 2019).

30 Saldo e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada	Tipo de transação	Ref.	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		Vencimento
			2020	2019	2020	2019	
Santa Maria Participações S.A.	Locação de imóveis	(a)	-	-	(1.268)	(1.214)	2024
Santa Maria Participações S.A.	Prestação de serviços	(b)	-	-	(4.707)	(5.028)	2024
Santa Maria Participações S.A.	Mútuo	(c)	-	-	-	(128)	2019
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	Suprimento de energia elétrica	(d)	(2.087)	-	(7.106)	-	2034
Total			(2.087)	-	(13.081)	(6.370)	

(a) Refere-se aos contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pelo IGP-M, destinados à sede administrativa e ao depósito de materiais da Companhia, anteriormente submetidos a anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e prorrogados nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016.

(b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de leitura de medidores, entrega de contas, reavisos, corte e religação, anteriormente submetido à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e prorrogado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016.

(c) Refere-se ao contrato de mútuo pecuniário por meio de conta corrente, na modalidade de crédito rotativo, com encargos financeiros calculados com base na variação da taxa Selic, firmado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016, liquidado em 15 de julho de 2019.

(d) Refere-se ao contrato de comercialização de energia elétrica, firmado a partir de licitação pública, aprovado na 34ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, ocorrida em 15 de setembro de 2020, conforme Despacho nº 2.666/2020.

• Remuneração dos Administradores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a remuneração dos administradores da Companhia, registrada na contabilidade pelo regime de competência, se encontra demonstrada a seguir:

Administradores (Diretoria e Conselho)	Ref.	2020	2019
Honorários		3.022	2.851
INSS		604	570
FGTS		183	176
Previdência privada		206	206
Participações estatutárias	(a)	2.755	4.466
Total		6.770	8.269

(a) Desde 2020, a Companhia mantém uma política de remuneração variável aos seus diretores, baseada em instrumentos baseados em ações com liquidação em caixa. O objetivo é atrair e reter profissionais com competências e valores desejados e requeridos pela Companhia, motivando-os a atingir e superar metas alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado, gerando valor para os acionistas e demais partes relacionadas. A referida política é baseada em premissas de melhor criação de valor sustentável e de longo prazo, melhores práticas de mercado, metas e estratégias de negócios e nos propósitos e valores da Companhia. A remuneração é composta por um elemento variável anual (curto prazo) e outro vinculado ao desempenho da Companhia em relação a determinados parâmetros econômico-financeiros, industriais e operacionais concretos, predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos (longo prazo). O montante global da remuneração variável (participações estatutárias) é calculado conforme o disposto em Lei e no Estatuto Social da Companhia, observados os critérios definidos na Política Remuneratória e sujeito à aprovação pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as participações estatutárias foram calculadas da seguinte forma:

Composição	2020	2019
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias	23.867	39.727
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(2.177)	(4.727)
Constituição de reserva de lucros a realizar	(164)	(113)
Lucro líquido do exercício ajustado	21.526	34.887
Participações estatutárias (10%)	2.153	3.489
INSS sobre participações estatutárias (20%)	431	698
FGTS sobre participações estatutárias (8%)	172	279
Participações estatutárias	2.755	4.466

31 Cobertura de seguros (Não auditado)

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Ramos	Ref.	Data de vencimento	Importância segurada	
			2020	2019
Risco operacional	(a)	30/08/2021	64.263	63.884
Responsabilidade civil geral	(b)	30/08/2021	2.000	2.000
Responsabilidade civil geral - danos morais	(c)	30/08/2021	400	400
Total			66.663	66.284

(a) Cobertura securitária das substações e demais equipamentos, bem como da sede administrativa e do depósito de materiais da Companhia.

(b) Cobertura securitária para danos materiais e pessoais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

(c) Cobertura securitária para danos morais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

31.1 Despesas pagas antecipadamente

A Companhia também mantém cobertura securitária da frota, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos. O montante de despesas antecipadas apresentado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está dividido nos seguintes ramos:

Ramos	2020	2019
Risco operacional	156	169
Responsabilidade civil	11	12
Frota	34	34
Total	201	215

32 Compromissos de longo prazo

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia elétrica, como segue:

Vigência	Contratos de compra de energia - R\$ mil					
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
2022 a 2053	114.739	108.520	112.240	112.240	112.240	112.240
Total	2.060.600					

Os valores acima representam o volume total contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2020, e foram homologados pela ANEEL.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Cícero Machado de Moraes** - Presidente
- Fernando Antonio Moreira Calaes** - Vice-Presidente
- Renata Barbieri Coutinho** - Conselheira
- Miguel Coutinho Coelho da Silva** - Conselheiro
- Angelo Arpini Coutinho Filho** - Conselheiro

DIRETORIA

- Arthur Arpini Coutinho** - Diretor-Presidente
- Angelo Arpini Coutinho** - Diretor Vice-Presidente
- Angelo André Bosi** - Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador - CRC: ES/009263/O-2

»»» Continuação

»»» Continuação



EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.
NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09



MAIS ENERGIA PARA SUA VIDA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e administradores
EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.
Colatina, ES.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

Relatório da Administração

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, ES, 12 de março de 2021.

Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0

Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC1ES007326/O-5

BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5

